

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)**

PAULO ADRIANO DE QUEIROZ BARRETO

**Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de
evidenciação do impacto econômico regional do
Cooperativismo Financeiro: estudo de caso do
Sicoob UniCentro Br**

**GOIÂNIA
2022**

Paulo Adriano de Queiroz Barreto

**Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de
evidenciação do impacto econômico regional do
Cooperativismo Financeiro: estudo de caso do
Sicoob UniCentro Br**

Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre
em Desenvolvimento Regional do
Programa de Pós-Graduação *Stricto
Sensu* em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Economia Regional e
Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. George Henrique de
Moura Cunha

**Goiânia
2022**

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

B273d

Barreto, Paulo Adriano de Queiroz.

Demonstração do valor adicionado como instrumento de evidencição do impacto econômico regional do cooperativismo financeiro: estudo de caso do Sicoob UniCentro Br. / Paulo Adriano de Queiroz Barreto. – 2022.

75 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr.; George Henrique de Moura Cunha.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional. – Goiânia, 2022.

1. Economia Regional. 2. Cooperativismo Financeiro. 3. Demonstração do Valor Adicionado. I. Cunha, George Henrique de Moura.

CDU: 711.4:338



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

PNEUMONIA

☒ MDR ☐ MPA ☐ MGR

ATA DA BANCA EXAMINADORA

☐ QUALIFICAÇÃO☒ DEFESAAos 12 dias do mês de dezembro de 2022, a partir das 20:00 horas, na sala

Remota realizou-se a Banca Examinadora do trabalho abaixo identificado:

Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidencição do impacto econômicoregional do Cooperativismo Financeiro: estudo de caso do Sicoob UniCentro BrDo(a) aluno(a): PAULO ADRIANO DE QUEIROZ BARRETO

A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr (a) George Henrique de Moura Cunha UNIALFA/OrientadorProf.(a) Dr (a) Rafael Henrique Dias Manzi UNIALFA/MembroProf.(a) Dr (a) Raimundo Nonato Leite Pinto

Feita a apresentação oral do Trabalho e tendo sido o(a) aluno(a) arguido(a) pela Banca Examinadora, o (a) Professor(a) Orientador(a) e os Professores Membros da Banca procederam à avaliação do (a) aluno(a) e decidiram:

Aprovado: ☒ Aprovado com restrição ☐ Reprovado ☐

Por ser verdade, assinam a presente Ata, os membros da Banca Examinadora.

PROFESSOR ORIENTADOR	PROFESSOR MEMBRO	PROFESSOR MEMBRO
NOME George Henrique de Moura Cunha	NOME Rafael Henrique Dias Manzi	NOME Raimundo Nonato Leite Pinto
ASSINATURA <u>15/12/2022</u>	ASSINATURA <u>15/12/22</u>	ASSINATURA <u>15.12.2022</u>

Paulo Adriano de Queiroz Barreto

**Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de
evidenciação do impacto econômico regional do
Cooperativismo Financeiro: estudo de caso do
Sicoob UniCentro Br**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação *Stricto
Sensu* em Desenvolvimento Regional do
Centro Universitário Alves Faria.

Linha de Pesquisa: Economia Regional e
Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. George Henrique de
Moura Cunha.

Goiânia, 12 de dezembro de 2022.

Orientador: Prof. Dr. George Henrique de Moura Cunha
Instituição: Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA

Examinador: Prof. Dr. Rafael Henrique Dias Manzi
Instituição: Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA

Examinador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Leite Pinto
Instituições: Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC
Goiás / Universidade Estadual de Goiás - UEG

*“Melhor do que a criatura,
fez o criador a criação.
A criatura é limitada.
O tempo, o espaço,
normas e costumes.
Erros e acertos.
A criação é ilimitada.
Excede o tempo e o meio.
Projeta-se no Cosmos.”*

Cora Coralina

RESUMO

QUEIROZ BARRETO, Paulo Adriano de. **Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico regional do Cooperativismo Financeiro: estudo de caso do Sicoob UniCentro Br.** 2022. 71 p. (Mestrado) – Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, Goiânia, 2022.

No processo de economia de produção o Sistema Financeiro Nacional (SFN) atua diretamente pela interferência nas variáveis monetárias. Para realizar essas intervenções utiliza ferramentas regulamentadas presentes no seu espectro organizacional, entre elas as cooperativas financeiras. Estas, devido aos seus princípios institucionais, têm seu papel como mediadoras financeiras, na medida em que cumprem responsavelmente a sua missão, garantindo a transferência da poupança para o investimento aos seus associados. Peculiaridade que se explica na constatação de que é realizada a reciclagem dos recursos locais, evitando a transferência de economia para os grandes centros. Trata-se do aproveitamento regional de grande parte dos recursos econômicos acumulados sob a forma de depósitos, que retornam para a sua própria origem geográfica na forma de operações de crédito. Nesse contexto, esta dissertação procurou demonstrar os benefícios do Cooperativismo Financeiro como instrumento de Desenvolvimento Regional, que causa o impacto econômico gerado pelo aproveitamento das economias em seus locais de origem, por meio de uma intermediação financeira cooperativa. Para tanto, foi realizado um estudo da atuação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda, o Sicoob UniCentro Br, através da distribuição da riqueza gerada por essa instituição cooperativa financeira na sua área de abrangência regional, utilizando como ferramenta contábil o cálculo da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no ano de 2020. Os efeitos advindos do rearranjo financeiro regional, provocado pela cooperativa em questão, serão analisados pela forma econômica de como o Valor Agregado (VA) é distribuído aos agentes que o produzem.

Palavras-chave: Economia Regional; Cooperativismo Financeiro; Demonstração do Valor Adicionado; Sicoob UniCentro Br.

ABSTRACT

QUEIROZ BARRETO, Paulo Adriano de. **Value Added Statement as a tool to prove the regional economic impacts of the Credit Union System: a case study of Sicoob UniCentro Br.** 2022. 71 p. (Master's Degree) - *Stricto Sensu* Postgraduate Program, Centro Universitário Alves Faria (Alves Faria University Center) – UNIALFA, Goiânia, 2022.

In the economical process of production, the National Financial System (SFN) acts directly by interacting with the monetary variables. To perform these interventions, it uses regulatory tools present in its organizational spectrum, among them the financial cooperatives. These, due to its institutional principles, have their role as financial intermediaries, to the extent that they responsibly perform their mission, guaranteeing the transfer of savings to investment for their members. This peculiarity is explained by the fact that local resources are recycled, avoiding the transfer of savings to the large centers. It is the regional use of a large part of the economic resources accumulated in the form of deposits, which return to their own geographical origin in the form of credit operations. In this context, this dissertation sought to demonstrate the benefits of the credit union as an instrument of regional development, which causes the economic impact generated using the economies in their places of origin, through a cooperative financial intermediation. To this end, a study of the performance of the Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda, Sicoob UniCentro Br, was carried out, through the distribution of wealth generated by this financial cooperative institution in its regional coverage area, using the calculation of the Statement of Added Value (DVA) in the year 2020 as an accounting tool. The effects arising from the regional financial rearrangement, caused by the cooperative in question, will be analyzed by the economic form of how the Value Added (VA) is distributed to the agents that produce it.

Keywords: Regional Economics; Credit Union; Value Added Statement; Sicoob UniCentro Br.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Economia Primitiva versus Economia Moderna

Figura 2 – Objetivo econômico e social das cooperativas no desenvolvimento regional

Figura 3 – Área de Atuação do Sicoob UniCentro Br

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento das operações de crédito SNCC x SFN entre os anos de 2017 e 2020.

Gráfico 2 – Evolução no número de associados do Sicoob UniCentro Br entre os anos de 2016 e 2020.

Gráfico 3 – Evolução no volume de operações de crédito do Sicoob UniCentro Br entre os anos de 2016 e 2020.

Gráfico 4 – Tendência da evolução no volume de operações de crédito do Sicoob UniCentro Br entre os anos de 2016 e 2020.

Gráfico 5 – Distribuição do Valor Adicionado do Sicoob UniCentro Br no ano de 2020.

Gráfico 6 – Distribuição do Valor Adicionado entre os agentes econômicos do Sicoob UniCentro Br no ano de 2020.

TABELAS

Tabela 1 – Modelo de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Tabela 2 – Demonstração do Valor Adicionado com análise vertical no Sicoob UniCentro Br do ano de 2020

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSC – *Accounting Standards Steering Committee* (Comitê Gestor dos Padrões Contábeis da Inglaterra)

Ata - Ativo Total Ajustado

ATA - Ativo Total Ajustado

BCB – Banco Central do Brasil

CCS – Centro Cooperativo Sicoob

Cepea - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CF – Cooperativismo Financeiro

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CMN – Conselho Monetário Nacional

COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DR – Desenvolvimento Regional

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

FGCoop – Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

ICA – *International Cooperative Alliance* (Aliança Cooperativa Internacional)

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NBC-T – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

PAC – Posto de Atendimento Cooperativo

PIB – Produto Interno Bruto

PJ – Pessoa Jurídica

REB - Relatório de Economia Bancária

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SFN – Sistema Financeiro Nacional

Sicoob – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

Sicoob Confederação – Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob

Sicoob Uni – Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito

Sicoob UniCentro Br – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda

SNCC – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

VA - Valor Adicionado

VAT - Valor Adicionado Total

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	OBJETIVOS.....	15
2.1	Objetivo Geral.....	15
2.2	Objetivos Específicos.....	15
2.3	Justificativa.....	15
3	METODOLOGIA.....	18
3.1	Pesquisa bibliográfica.....	18
3.2	Demonstração do Valor Adicionado	19
3.2.1	Elaboração e análise da Demonstração do Valor Adicionado.....	20
3.2.2	Demonstração do Valor Adicionado como ferramenta de verificação da distribuição da riqueza e quantificação do desenvolvimento.....	22
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
4.1	Sistema Financeiro Nacional.....	25
4.2	Cooperativas financeiras.....	27
4.3	Desenvolvimento econômico a partir do Cooperativismo Financeiro.	39
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	47
5.1	Estudo de caso da cooperativa financeira singular: Sicoob UniCentro Br.....	47
5.1.1	Evolução do número de cooperados entre os anos de 2016 e 2020....	49
5.1.2	Evolução no volume de operações de crédito entre os anos de 2016 e 2020.....	51
5.1.3	Cálculo do Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) do ano de 2020 do Sicoob UniCentro Br.....	52
5.1.4	Análise financeira e social da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) do Sicoob UniCentro Br.....	54
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS.....	63
	ANEXO - SICOOB UNICENTRO BR. Relatório de Gestão: 2020.....	71

1 INTRODUÇÃO

Diante das diversidades culturais presente no Brasil, que só acrescentam, são as diferenças econômicas entre regiões que representam os principais entraves ao desenvolvimento social equânime da população. Neste aspecto a interferência das variáveis monetárias e financeiras é de grande relevância, devido a moeda ser uma variável fundamental no processo econômico das sociedades. Esse mecanismo do sistema financeiro numa economia de produção conta com elevada capacidade de defesa e de reorientação diante de mudanças no cenário econômico, instabilidade econômica externa e na dimensão reduzida das relações de financiamento, todavia, amplifica regionalmente os efeitos das perturbações macroeconômicas. O corte de crédito e a elevação dos juros acompanham os momentos em que os empreendedores mais necessitariam de mecanismos de refinanciamento e de apoio financeiro para enfrentar as flutuações acentuadas nos mercados em que operam. Reside aí um dos principais fatores de propagação da instabilidade econômica e de mortalidade elevada dos empreendimentos regionais, fenômeno que concentra renda, destrói a capacidade empresarial e reduz a oferta de postos de trabalho formais, muitas vezes, de forma irreversível.

Incorporando uma análise mais detalhada das funções desempenhadas pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), chamam atenção para o fato de que, tais funções, contribuem tanto para o crescimento, quanto para o desenvolvimento econômico. São elas: i) mobilização de recursos; ii) alocação dos recursos no espaço e no tempo; iii) administração do risco; iv) seleção e monitoração de empresas; e v) produção e divulgação de informação. Os resultados obtidos revelam a relação positiva entre o desenvolvimento financeiro e crescimento econômico (SILVA; PORTO JÚNIOR, 2003). O SFN é extremamente desenvolvido, sofisticado e complexo, mas com grande parte dos recursos ainda concentrados em bancos e instituições financeiras dotados de solidez patrimonial baseadas na sua matriz empresarial e capazes de direcionar seus objetivos para gerarem lucros substanciais ano após ano para seus acionistas. A oferta de crédito no Brasil, ainda hoje, se caracteriza pela concentração em grandes instituições comerciais condicionando os clientes a elevadas taxas de juros, tarifas onerosas e excesso de burocracia.

Uma alternativa a esse processo econômico centralizado, cíclico e estanque é o cooperativismo. As cooperativas funcionam como uma associação de pessoas que buscam se ajudar para atingir seus objetivos em comum. No contexto da organização e da conjuntura política, social, e, principalmente, econômica mundial, o cooperativismo apresenta-se como uma das possibilidades para reduzir os processos excludentes do modo de produção capitalista. Assim, mostra-se, também, como possibilidade de inclusão social e econômica nos processos de produção, distribuição e consumo. Diante desse cenário as cooperativas vão além das tradicionais instituições sociais, devido a sua estrutura privilegiar a regionalização pragmática à centralização desmedida e predatória. Em muitos países, o que se constata é uma grande participação das cooperativas, desempenhando importante papel no desenvolvimento de setores econômicos estratégicos, atuando como mola propulsora ao desenvolvimento regional sustentável. Neste contexto, as cooperativas financeiras têm se consolidado como alternativa de acesso a estes serviços em condições mais vantajosas e menos onerosas para famílias e empresas.

As cooperativas financeiras possibilitam a participação dos associados na gestão estratégica, onde cooperado ou associado assume não apenas posição de cliente, mas de dono do negócio, sendo contemplado com os diferenciais competitivos dos produtos e serviços financeiros oferecidos, participação nos resultados e envolvido na implementação das políticas dentro da gestão democrática que é preconizada pelo modelo. Diferentemente dos bancos comerciais, o cooperado é sócio e está no centro das atenções recebendo um tratamento com equidade. São instituições preocupadas em fortalecer a economia local, a democratização do crédito, descentralizando a renda e aplicando os recursos na comunidade local onde está inserida. Desburocratizando e trazendo à tona a possibilidade de dar voz ativa aos associados, as cooperativas financeiras atuam como fator gerador de desenvolvimento através do acesso ao crédito, a produtos e serviços financeiros diferenciados e justos. Essa atitude de pertencimento do cooperado, na busca de soluções econômicas viáveis e justas, influencia no resultado financeiro individual impactando no resultado da própria cooperativa e, conseqüentemente, na economia regional.

O Cooperativismo Financeiro tem assumido cada vez mais relevância na economia e na sociedade, desempenhando importante papel na geração de renda e empregos. Tem alcançado locais e comunidades que estariam excluídos do acesso a serviços e produtos financeiros caso dependessem exclusivamente da assistência de instituições bancárias tradicionais. O presente estudo visa demonstrar a relação do CF com o desenvolvimento econômico regional mediante a análise de dados que identifiquem o comportamento e a configuração da distribuição de riquezas geradas por uma determinada cooperativa financeira na região onde está inserida. Por se tratar de um estudo de DR sob o aspecto econômico, foi optado por um estudo de caso de uma cooperativa financeira singular (alternativa ao sistema financeiro bancário comercial seja público ou privado) e a forma da distribuição de riqueza gerada por essa empresa cooperativa financeira, a partir de uma análise estritamente econômica. A distribuição da riqueza gerada foi realizada através da elaboração e análise de um instrumento contábil, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), no ano fiscal de 2020, que não é exigida pelo Banco Central do Brasil (BCB) para as cooperativas financeiras na apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Através dessa análise, relacionar o Cooperativismo Financeiro à promoção do desenvolvimento sob o aspecto econômico, através de sua interferência positiva no sistema financeiro regional. Secundariamente, verificar se houve evolução na participação do Cooperativismo Financeiro regionalmente na área de abrangência da cooperativa financeira entre os anos de 2016 e 2020, em termos de volume de operações de crédito, captação de recursos e número de associados.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Verificar o uso contábil da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como instrumento de quantificação da atuação do Cooperativismo Financeiro como favorecedor do Desenvolvimento Regional sob o aspecto econômico.

2.2 Objetivos Específicos

Caracterizar a importância do Cooperativismo Financeiro regionalmente.

Demonstrar a distribuição de riquezas geradas pela cooperativa financeira na região onde está inserida.

Determinar a validade do uso da ferramenta contábil Demonstração do Valor Adicionado, como instrumento de quantificação na atuação do Cooperativismo Financeiro no Desenvolvimento Regional sob o aspecto econômico.

2.3 Justificativa

O objetivo deste estudo é demonstrar, como instrumento de desenvolvimento regional, o impacto econômico gerado pelo aproveitamento das economias em seus locais de origem através de uma intermediação financeira de uma cooperativa financeira singular. O Cooperativismo Financeiro surge como a “resposta de mercado” para o financiamento das pequenas e médias empresas, além de crédito para pessoas físicas, uma vez que mobiliza os recursos locais e disponibiliza-os para os tomadores de recursos, a partir deste arranjo institucional. Outro aspecto importante refere-se ao fato de as cooperativas estarem entre as instituições financeiras menos estudadas (PINHEIRO, 2008), constatando que é grande o desconhecimento sobre o Cooperativismo Financeiro no Brasil tanto pelo público em geral como por muitos estudiosos em Economia.

As cooperativas financeiras são células sociais que influenciam fortemente o ambiente onde se inserem, e a sociedade, quer direta ou indiretamente, deve prover-se de informações que permitam ser capazes de identificar o

comprometimento e envolvimento dessas organizações na promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, suscitam-se questões da seguinte natureza: Como identificar a ocorrência desses fenômenos?

As questões apresentadas têm o objetivo de direcionar o foco deste estudo, que propõe analisar a aplicação de uma ferramenta, a Demonstração do Valor Adicionado, como instrumento para mensurar e analisar a formação e distribuição da riqueza em uma cooperativa financeira singular.

As sociedades cooperativas, por forças legais e normativas, são obrigadas a registrar sua movimentação financeira, a escrituração, e elaborar relatórios que apresentem tal movimentação de modo resumido, os demonstrativos contábeis. No rol das demonstrações contábeis, encontra-se a Demonstração do Valor Adicionado, um demonstrativo que apresenta a geração de riqueza de uma célula social dentro de um período, identificando a alocação/distribuição dessa riqueza entre os acionistas/associados, credores/fornecedores, trabalhadores, governo e a própria organização (valor reinvestido).

O Valor Adicionado (VA) é obtido pela subtração entre o total das receitas apuradas e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Pode-se, assim, identificar o valor adicionado gerado pela empresa. A Demonstração do Valor Adicionado evidencia esse valor e demonstra qual é o destino e a distribuição dessa riqueza gerada em um exercício social, que normalmente se refere ao período de um ano. Há, ainda, certa limitação nos mecanismos para mensurar o desenvolvimento na dimensão econômica, dessa forma, este estudo tem o objetivo de analisar a aplicação da Demonstração do Valor Adicionado a fim de ser adotada como mais uma ferramenta para tal objetivo. Para tanto, foram realizadas análises partindo dos dados gerados pela Demonstração do Valor Adicionado de uma cooperativa financeira singular.

Dessa forma, surge como problema deste estudo a seguinte questão: a Demonstração do Valor Adicionado permite avaliar o desenvolvimento regional dentro da dimensão econômica nas sociedades cooperativas financeiras? Para responder à problemática proposta, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais em dados divulgados publicamente, os dados selecionados foram extraídos das informações contábeis da cooperativa. A delimitação temporal, proposta no estudo, abordou o ano de 2020, específico para a análise, dessa forma,

o presente estudo encontra-se com a seguinte organização: num primeiro momento, vai-se descrever a elaboração de uma Demonstração do Valor Adicionado com apresentação dos indicadores de desenvolvimento na dimensão econômica; em seguida serão analisados os indicadores da cooperativa financeira singular, objeto desse estudo de caso e, finalmente, identificar e discutir, por intermédio dessa ferramenta contábil, o desenvolvimento proporcionado pela instituição sob a perspectiva econômica. Este estudo engloba e aborda relatórios administrativos e foi analisado as informações apresentadas na Demonstração do Valor Adicionado, em especial a distribuição do VA, então promoveu-se a confrontação dos indicadores extraídos da análise da entidade estudada.

3 METODOLOGIA

3.1 Pesquisa bibliográfica

O presente estudo está subsidiado por uma pesquisa bibliográfica, documental. A pesquisa bibliográfica é caracterizada pela revisão sugerida por ocasião das leituras, dos debates, das experiências, da aprendizagem, e da vivência intelectual no meio do estudo universitário e no ambiente científico e cultural. É a pesquisa realizada por meio da leitura analítica, debates e reflexões de escritos sobre um determinado assunto (SEVERINO, 2012). O objetivo principal deste artigo foi demonstrar como o cooperativismo favorece a promoção do desenvolvimento regional, sob o aspecto econômico, através do incremento da intermediação financeira onde está presente. Para esse intuito foi utilizado o estudo de caso, que é decisivo e serve como confirmação (ou contestação) de uma teoria, esse método é o mais apropriado para estudos centrados em questões do tipo “como”, semelhante à questão proposta (YIN, 2005).

O caráter documental desta pesquisa está embasado nas informações obtidas da evidenciação contábil da empresa cooperativa estudada. Essas informações constituem a base de dados documentais que fundamentaram a análise da DVA, quando foram reunidas as manifestações decorrentes dos atos e fatos administrativos daquelas entidades, retratando a sua vida social, bem como a sua relação em conjunto com outros setores e a comunidade. Este registro constitui a base das estatísticas de determinada sociedade (RICHARDSON, 1999). Para tanto, foram realizadas análises quantitativas descritivas, com fins exploratórios. A pesquisa exploratória do tipo quantitativa descritiva, procura descrever as características de um fenômeno, buscando descobrir a existência de associação entre variáveis a partir de dados, proporcionando maior familiaridade com o problema e tornando-o mais explícito (GONÇALVES E MEIRELLES, 2004).

Foi optado por um estudo de caso de uma cooperativa financeira singular: a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda (Sicoob UniCentro Br), a análise contemplou o levantamento ao longo de um período determinado a partir de relatórios contábeis e pesquisas documentais pertinentes ao tema. O presente trabalho evidenciou a relação do Cooperativismo Financeiro com o

Desenvolvimento Regional mediante análise de dados que identificaram o comportamento e a configuração das seguintes variáveis: i) evolução das operações de crédito e número de cooperados; e ii) a distribuição de riquezas geradas pela cooperativa financeira na região onde está inserida. Determinamos a evolução na participação do cooperativismo no sistema financeiro regional entre os anos de 2016 e 2020, em termos de volume de operações de crédito e número de cooperados, e caracterizamos a importância do cooperativismo financeiro regionalmente, demonstrando a distribuição de riquezas geradas pela cooperativa financeira na região onde está inserida através do cálculo da DVA no ano de 2020.

3.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA é uma ferramenta que se propõe a evidenciar particularidades de ações sociais praticadas pelas empresas, e pode oferecer uma boa fundamentação para estudos da dimensão social do desenvolvimento regional. A gênese da DVA repousa na década de 1970, na Inglaterra, ela se apresenta como uma ferramenta que buscava atender à necessidade de informação dos usuários interessados no desempenho de uma entidade. O órgão inglês responsável pela elaboração dessa peça contábil foi o Comitê Gestor dos Padrões Contábeis da Inglaterra – Accounting Standards Steering Committee (ASSC), em 1975. A demonstração recomendava destacar a aplicação dos resultados destinados a empregados, provedores de capital, governo e reinvestimento (FREGONESE 2009).

É reportado na sua elaboração a importância dos empregados na participação como membros interessados nas informações. Essa importância é consequência da participação desse grupo nos resultados de uma entidade, em decorrência de um novo período de democracia empresarial. Nos registros identifica-se que na década de 1990, países como Estados Unidos, França e Alemanha passaram a apreciar o uso e apresentação de informações reportadas pela DVA adotando as práticas inglesas em seu território, com boa receptividade por parte das entidades com ações no mercado mobiliário e dos usuários (FREGONESE 2009).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu um pronunciamento técnico, o CPC-09, com o objetivo de estabelecer critérios de elaboração e apresentação da DVA no

Brasil. A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período (CPC, 2013).

A DVA é uma demonstração contábil que constitui uma resposta às cobranças da sociedade quanto a responsabilidade social e corporativa das instituições, que em nada se confunde com assistencialismo ou promoção social utilizada como marketing social. No Brasil, a DVA tem seus primeiros ensaios previstos para todas as empresas de grande porte pelo Projeto de Lei nº 3741/2000 (FERREIRA, 2012). Foi retratado de forma bem articulada o confronto do contexto conceitual de VA, que apresenta a preocupação dos estatísticos em apurar o Produto Nacional relacionado ao PIB, e o contexto conceitual da DVA, que trata da distribuição da riqueza gerada pelas instituições. A DVA está voltada para identificar a alocação desse VA entre os grupos de acionistas, credores/fornecedores, trabalhadores, governo e a própria firma (reinvestimento), e permite aos usuários avaliarem a distribuição da riqueza gerada pela organização e assim identificar o seu envolvimento com atitudes de responsabilidade social, evidenciando fatores que envolvem o desenvolvimento regional sustentável (CUNHA, 2007).

3.2.1 Elaboração e análise da Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Ao interpretar a economia nacional percebe-se que a DVA permite identificar a parcela da riqueza gerada por uma célula social e qual a sua destinação entre os seguintes segmentos: valor adicionado distribuído aos empregados; ao governo; a terceiros; aos acionistas; e valor adicionado retido. Para elaborar e apresentar a DVA, deve-se seguir as orientações do CPC-09 (CFC), e observar rigorosamente o regime de competência de exercícios. No ano de 2008, o CFC emitiu a Resolução nº 1.138, que aprova o CPC-09. Esse pronunciamento culminou com a instituição da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC-T 2.7), que insere a DVA no rol das demonstrações contábeis obrigatórias (IUDÍCIBUS, 2010).

No ano de 2011, o CFC alterou a sigla de identificação dessa norma sem alterar seu conteúdo na Resolução CFC nº 1.138/08. A referida norma passou a ter a nomenclatura e numeração NBC-TG 09. O VA gerado por uma célula social, destinado aos empregados, é um indicador que, se comparado com outras empresas do mesmo segmento, possibilita identificar se alguma delas destina parcelas mais generosas aos seus colaboradores, o que evidencia a adoção de prática e políticas de sustentabilidade social diferenciada, permitindo avaliar aquela entidade mais desenvolvida socialmente nesse segmento. Para afirmar com maior segurança uma opinião nesse sentido, torna-se imprescindível que tal análise seja realizada de modo horizontal, comparativa entre mais de um exercício social, pois, quanto mais longa a linha do tempo observada, maior a segurança em tecer considerações sobre as interpretações realizadas e de situações e imagens pretéritas.

A DVA deverá ser elaborada e apresentada em conformidade com as recomendações do CPC de 2013, de acordo com os seguintes critérios: (i) elaborada com base no princípio contábil da competência; (ii) apresentada de forma comparativa, destacando o período atual e anterior; (iii) elaborada nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das demonstrações no caso de entidades com filiais; (iv) inclui a participação dos acionistas não controladores no componente relativo à distribuição do valor adicionado, no caso de divulgação de DVA consolidada; (v) consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade; e (vi) objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas demonstrações contábeis.

A CVM no ano de 2000 publicou orientações para empresas e auditores acerca de elaborar e publicar as demonstrações contábeis, para tanto, foi emitido o Ofício-Circular nº 01/2000, com o modelo para construção da DVA que passou a ter sua estrutura sugerida e recomendada, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Modelo de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	
1 RECEITAS	
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços
1.2	Outras receitas
1.3	Receitas relativas à construção de ativos próprios
1.4	Provisão para devedores duvidosos: reversão ou constituição
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	
2.1	Matérias-primas consumidas
2.2	Custo das mercadorias e serviços vendidos
2.4	Perda ou recuperação de valores ativos
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 RETENÇÕES	
4.1	Depreciação, amortização e exaustão
5 VA LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 VA RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1	Resultado de equivalência patrimonial
6.2	Receitas financeiras
7 VA TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1	Empregados e encargos trabalhistas
8.2	Impostos, taxas e contribuições (federais, estaduais e municipais)
8.3	Remuneração de capital de terceiros (juros, aluguéis e outros)
8.4	Remuneração do capital próprio (juros sobre o capital e dividendos)
8.5	Resultados ou perdas do exercício (retido instituição)
8 TOTAL VA DISTRIBUIDO (IGUAL AO ITEM 7)	

TABULADO PELO AUTOR

FONTE: VIEIRA, E. T. et al. Demonstração Do Valor Adicionado: alternativa de mensuração da sustentabilidade social nas empresas Sicoob e Unicred de Mineiros/GO. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 19, n. 36, p. 1-25, 17 mar. 2020. DOI 10.5935/1981-4747.20200001. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/A676819923/IFME?u=anon~1a41b0b5&sid=googleScholar&xid=77599b57. Acesso em: 16 set. 2022.

3.2.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como ferramenta de verificação da distribuição da riqueza e quantificação do desenvolvimento

Para verificar as contribuições da DVA como ferramenta de análise e medição de desenvolvimento econômico nas empresas, apresentam-se quocientes que podem servir de indicadores do desenvolvimento de modo estático ao analisar os dados entre si para um determinado período (um ano específico) ou de modo dinâmico ao comparar os indicadores dentro de intervalo temporal.

Ao observar a destinação da renda aos segmentos beneficiários do valor adicionado (empregados, governo, terceiros, acionista e valor retido), entende-se que podem ser criados índices de participação para grupo da seguinte forma: tomando como base o Valor Adicionado Total (VAT) pode-se relacionar com as parcelas individuais de cada segmento. Por meio desses comparativos verifica-se, em índices, a participação de cada segmento na riqueza gerada pela empresa (SANTOS, 2012).

Os gastos com pessoal (remuneração direta, benefícios e encargos sociais) destacados pela DVA permitem identificar qual volume de recursos é destinado a esse grupo, qual a renda média, se o total de colaboradores que devidamente recebem condiz com os documentos. Além de identificar a evolução desses gastos no tempo, possibilita constatar se a empresa ao melhorar seus resultados promove distribuição ou concentração de renda. Outras considerações ainda podem ser elucidadas ao investigar a distribuição do VA destinada aos funcionários, no entanto, qualquer uma delas pode confirmar que a DVA, além das informações econômicas, permite extrair indicadores de desenvolvimento sustentável na dimensão social.

Os gastos com tributos representam a responsabilidade social e fiscal de uma empresa. Quando recolhidos adequadamente indicam que a entidade não coopta com a sonegação, corrupção e evasão fiscal. Sua contrapartida é possibilitar ao poder público ofertar à população os serviços que lhe são de direito, como educação, saúde e segurança. Em relação à parcela do VA que fica retida na empresa, é de suma importância que a comunidade a acompanhe, principalmente nos casos de empresas que não têm a sede na localidade. É importante identificar quanto a empresa obteve de lucro e o que ela fez com esse lucro.

Pode ocorrer de a empresa gerar ganhos em uma região e desviá-los para outra. É preciso verificar se a empresa demonstra preocupação com a região e aplica uma boa parte do resultado no local em que está inserida. Principalmente em grupos que empregam um número maior de funcionários, a empresa deveria ter algum programa social, como incentivo ao ensino, à saúde, à moradia, ao lazer e outros benefícios.

Pode ocorrer, também, de a empresa situada em um lugar retirar suas riquezas, deixar seu lixo e, quando não for mais de seu agrado, ir para outra localidade, de maior interesse. A empresa fecha as portas e se muda. Já em relação

ao estudo e análise da DVA a partir da variável referente ao tributo e à remuneração do capital próprio podem ser obtidas opiniões semelhantes às mencionadas para a destinação do VA ao pessoal e encargos. A análise, tanto da parcela de VA destinada aos funcionários, como ao governo aponta dados que configuram as ações promotoras de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social mencionadas defendem que esse desenvolvimento deve estar representado pela melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos (BELLEN, 2006); (SEN, 2010); (SANTOS, 2012). Comparando-se a DVA com as demais peças da contabilidade, como balanços e demonstrações, registra-se que o cotidiano contábil empresarial do planeta é carente de decisões e processos inovadores. Pode-se considerar que a introdução da DVA no rol de demonstrações contábeis aplicadas no Brasil é, sem dúvida, uma ação de bom senso da classe contábil e dos legisladores ao adotar tal demonstrativo (DOWBOR, 2007).

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Sistema Financeiro Nacional (SFN)

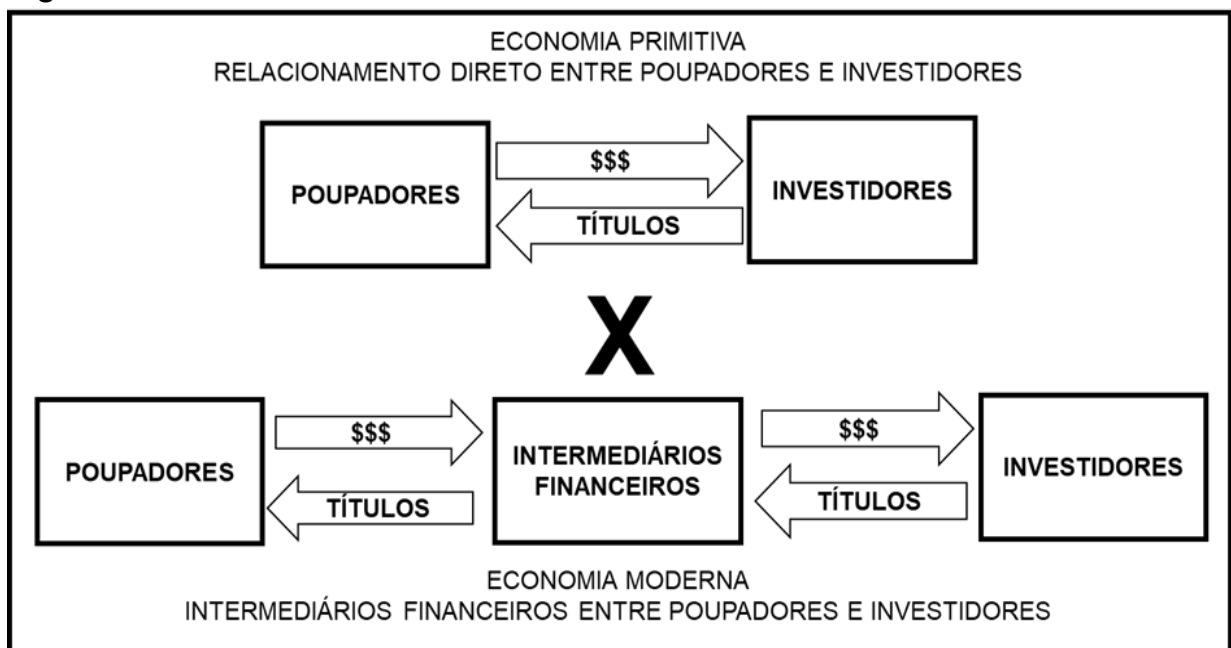
Nas economias primitivas, os poupadores entram em contato direto com os investidores. Nesse tipo de relacionamento, faz-se necessário que as aspirações entre poupadores e investidores sejam perfeitamente coincidentes para que estas não representem obstáculo à consecução fluente dos negócios dos envolvidos. Essa exigência acaba por inviabilizar esse tipo de economia visto que se torna muito difícil conciliar os desejos de ambas as partes. O SFN pode ser entendido como o conjunto de instrumentos, mecanismos, órgãos e instituições que asseguram a canalização da poupança para o investimento, ou seja, dos setores que possuem recursos financeiros superavitários para os que desejam ou necessitam de recursos (deficitários). Além da intermediação financeira, há no sistema financeiro a prestação de serviços como a cobrança de títulos, a arrecadação de tributos, ordens de pagamento, pagamentos de concessionárias de serviços públicos etc. O ponto central do mercado financeiro encontra-se na transferência de recursos entre pessoas por intermédio de instituições, bancos, corretoras, distribuidoras etc. Ou seja, a principal função do SFN é dinamizar o fluxo de recursos entre poupadores e investidores. Essa atividade de intermediação financeira se faz necessária porque, além de minimizar a incerteza e os riscos a níveis compatíveis com as exigências de maximização dos ganhos, também deve proporcionar cada vez mais segurança e agilidade no julgamento e previsão de melhores retornos (TAMER,1991).

O funcionamento eficiente de um sistema financeiro é essencial para assegurar a adequada formação de capital e o crescimento econômico numa moderna economia. Neste aspecto, com o intuito de demonstrar a importância dos intermediários financeiros na dinâmica do mercado financeiro, a Figura 1 diferencia as economias primitivas das economias modernas, caracterizando-as (SANTOS,1999). O mercado financeiro necessita, então, de uma atenção especial com relação à sua regulamentação devido às suas características particulares e aos riscos inerentes a sua atuação.

Nas economias modernas, entretanto, os intermediários financeiros se interpõem entre os poupadores e os investidores, promovendo transformações

importantes nos negócios, tais como: tamanho (ao agregar a poupança de vários poupadores e emprestar grandes valores a grandes investidores); vencimentos (ao captar a prazos eventualmente curtos e emprestar a longo prazo) e risco (o risco para o poupador passa a ser o risco associado ao intermediário financeiro, e não mais o risco ligado diretamente ao investidor). Risco de inadimplência consiste na avaliação objetiva da verossimilhança de inadimplência da contraparte ou probabilidade de inadimplência combinada com a perda dada a inadimplência (JORION, 2003).

Figura 1. Economia Primitiva versus Economia Moderna



ELABORADO PELO AUTOR

FONTE: SANTOS, J. E. **Mercado financeiro brasileiro: instituições e instrumentos**. São Paulo: Atlas, 1999. 251 p.

Para que as relações entre os intermediários financeiros, os poupadores e os investidores possam fluir adequadamente, o funcionamento das instituições, que nesse mercado operam, é regulamentado pelo SFN. Nesse sentido, o principal objetivo do SFN é aproximar tomadores e aplicadores de recursos de maneira mais racional e transparente possível, promovendo o desenvolvimento equilibrado do país (FARIA, 2003).

4.2 Cooperativas financeiras

As cooperativas financeiras são organizações existentes há mais de um século. De acordo com o BCB: o setor cooperativo é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume correspondentes riscos em favor da própria comunidade. Como também, são iniciativas de investimento promovidas pelos próprios cidadãos possibilitando o desenvolvimento local de forma sustentável, financia iniciativas empresariais que trazem benefícios em termos de geração de emprego e renda aos indivíduos, melhorando desta forma a qualidade de vida dos cidadãos e contribuindo no crescimento da região onde está inserida e ao aumento significativo de associados (BCB, 2022). O Cooperativismo Financeiro é formado por organizações sociais que proporcionam uma honrosa forma de ganho e renda e é um movimento internacional que procura construir uma sociedade mais justa, livre e com bases democráticas. Sua maior característica é a solidariedade baseada em práticas de ajuda mútua construída em cima de alternativas econômicas e humanas, que equilibram custos, despesas e ganhos, possibilitando a utilização do fator econômico para alcançar fins sociais.

As cooperativas financeiras consistem na associação de pessoas, de forma livre, e sem fins lucrativos. Dessa forma ao se associar as pessoas se tornam sócias, e podem realizar suas transações financeiras na cooperativa, se desvinculando da rede bancária. Ao se associar as pessoas se tornam donas da cooperativa e parte do SFN, com isso todos os associados podem adquirir serviços financeiros por meio dessa cooperativa. Trata-se de uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os associados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas financeiras, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos, têm poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. As cooperativas financeiras, como fonte adicional de oferta de crédito no ambiente de

atendimento, apontam ainda para possíveis melhoria das condições de competição bancária (BCB, 2022).

As cooperativas financeiras no Brasil são autorizadas e supervisionadas pelo BCB, ao contrário dos outros ramos do cooperativismo, tais como transporte, educação e agropecuária. A Lei Complementar nº 130/2009 definiu os objetivos principais do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Segundo essa lei, as cooperativas financeiras podem conceder crédito e captar depósitos à vista e a prazo dos respectivos associados, realizar recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, realizar operações com outras instituições financeiras e obter recursos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentas de remuneração, além de outras operações.

O SNCC é organizado em cooperativas financeiras singulares, centrais e confederações. As cooperativas singulares são constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas, sendo permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto atividades econômicas correlatas às de pessoa física, ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos. As cooperativas financeiras centrais são constituídas, para organizar, em comum acordo e em maior escala, os serviços financeiros e assistenciais das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. São também responsáveis pela supervisão auxiliar das singulares. As confederações são constituídas de cooperativas centrais têm por objetivo orientar, coordenar e executar atividades destas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos e a natureza das atividades transcenderem o âmbito de capacidade ou a conveniência de atuação das associadas.

A Resolução do CMN nº 2.788/2000 autorizou a constituição de bancos cooperativos mediante controle acionário de cooperativas centrais. Eles atuam com o objetivo de possibilitar o acesso aos produtos e serviços bancários não disponíveis às cooperativas de crédito, tais como acesso à câmara de compensação de cheques, aos créditos oficiais, à reserva bancária e ao mercado interfinanceiro. Os bancos cooperativos subordinam-se à legislação e à regulamentação aplicáveis aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos em geral. Os depósitos em cooperativas têm a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Esse fundo garante os depósitos e os créditos mantidos nas cooperativas singulares e nos bancos cooperativos em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas

instituições. Atualmente, o valor limite dessa proteção é o mesmo em vigor para os depositantes dos bancos.

As cooperativas, de forma ampla e genérica, são tidas como organizações econômicas intermediárias de mercado, formadas para atender às aspirações econômicas e sociais de seus membros (ICA, 2013; CHADDAD & ILIOPOULOS, 2013; BIALOSKORSKI NETO, 2012). Tais organizações são consideradas singulares em função da ausência de finalidade lucrativa, estrutura de funcionamento, objetivo e influência da doutrina cooperativista, por meio de seus valores e princípios norteadores (SCHNEIDER, 2012). Os princípios do cooperativismo são: (1º) adesão livre e voluntária; (2º) gestão e controle democrático por parte dos sócios; (3º) participação econômica dos membros; (4º) autonomia e independência; (5º) educação, treinamento e informação cooperativa; (6º) cooperação intercooperativa e a integração cooperativa; e (7º) preocupação com a comunidade. A cooperativa tem importante papel econômico e social de transformação na comunidade onde se encontra inserida (HUETH & REYNOLDS, 2011), tal organização gera oportunidades no mercado para um grupo de empreendedores que, anteriormente, eram desfavorecidos e permite uma distribuição de renda mais equitativa do que as demais organizações. De acordo com a *International Cooperative Alliance* (ICA, 2013), essa distribuição de renda equitativa está vinculada ao 3º princípio do cooperativismo e à participação econômica dos membros, que determina a distribuição de retornos gerados baseada na participação econômica do cooperado e, não, na detenção do capital. Nesse sentido, os impactos econômicos gerados pelas cooperativas ainda podem ser ampliados devido à diversidade de indivíduos que detém a propriedade da cooperativa e à forma pela qual são beneficiados por sua existência (MICHIE, 2011).

As cooperativas financeiras integram o SFN, fazendo parte do subsistema operativo, atuando no mercado financeiro. São caracterizadas como instituições financeiras monetárias, ou seja, autorizadas a captar recursos junto ao público sob a forma de depósitos à vista, podendo, portanto, criar moeda escritural, bem como os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e as caixas econômicas. As cooperativas financeiras observam, além da legislação e normas do sistema financeiro, a Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

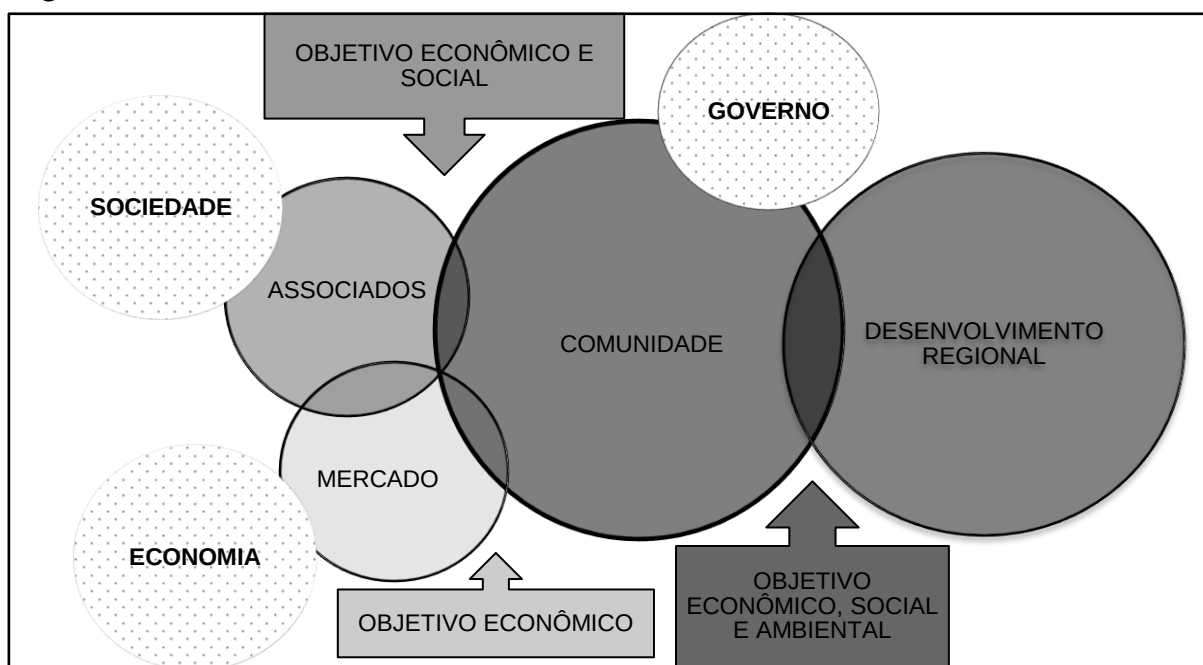
Atuando tanto no setor rural quanto no urbano, as cooperativas financeiras podem se originar da associação de funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, de profissionais de determinado segmento, de empresários ou mesmo adotar a livre admissão de associados em uma área determinada de atuação. Os eventuais lucros (resultados financeiros) auferidos com suas operações (prestação de serviços e oferecimento de crédito aos cooperados) são repartidos entre os associados. Devem possuir o número mínimo de vinte cooperados e adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços. Estão autorizadas a realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo somente de associados, de empréstimos, repasses e refinanciamentos de outras entidades financeiras, e de doações. Podem conceder crédito, somente a associados, por meio de desconto de títulos, empréstimos, financiamentos, e realizar aplicação de recursos no mercado financeiro.

As cooperativas, definitivamente, não são bancos. Há semelhanças e diferenças entre os dois tipos de instituição financeira, mas são organizações distintas, principalmente quanto ao tipo societário. Cooperativas são sociedades de pessoas, enquanto os bancos são sociedades de capital. Inclusive, por força de resolução CMN, as cooperativas financeiras devem adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "cooperativa", vedada a utilização da palavra "banco". Entretanto, a expressão "instituição bancária" é utilizada para designar aquelas instituições que são monetárias, ou seja, aquelas criam moeda escritural, através da captação de depósitos à vista, realizando a intermediação financeira. Portanto, há também no SFN, instituições como as sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras), bancos de investimento e bancos de desenvolvimento, que não são instituições monetárias, o que não é o caso das cooperativas financeiras. Assim sendo as Cooperativas financeiras são instituições financeiras bancárias apesar de não serem "banco".

As cooperativas financeiras no Brasil são autorizadas e supervisionadas pelo BCB, ao contrário dos outros ramos do cooperativismo, tais como transporte, educação e agropecuária. A Lei Complementar nº 130/2009 definiu os objetivos principais do SNCC. Segundo essa lei, as cooperativas financeiras podem conceder crédito e captar depósitos à vista e a prazo dos respectivos associados, realizar recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, realizar operações com outras

instituições financeiras e obter recursos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou isentas de remuneração, além de outras operações. O SNCC é organizado em cooperativas financeiras singulares, centrais e confederações. As cooperativas singulares são constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas físicas, sendo permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto atividades econômicas correlatas às de pessoa física, ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos. As cooperativas financeiras centrais são constituídas, para organizar, em comum acordo e em maior escala, os serviços financeiros e assistenciais das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. São também responsáveis pela supervisão auxiliar das singulares. As confederações são constituídas de cooperativas centrais têm por objetivo orientar, coordenar e executar atividades destas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos e a natureza das atividades transcenderem o âmbito de capacidade ou a conveniência de atuação das associadas.

Figura 2. Objetivo econômico e social das cooperativas no desenvolvimento regional



ELABORADO PELO AUTOR

FONTE: LONDERO, Paola Richter. **Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidencição do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias.** 2015. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015. doi:10.11606/D.96.2015.tde-02092015-100510. Acesso em: 16 set. 2022.

A Resolução do CMN nº 2.788/2000 autorizou a constituição de bancos cooperativos mediante controle acionário de cooperativas centrais. Eles atuam com o objetivo de possibilitar o acesso aos produtos e serviços bancários não disponíveis às cooperativas de crédito, tais como acesso à câmara de compensação de cheques, aos créditos oficiais, à reserva bancária e ao mercado interfinanceiro. Os bancos cooperativos subordinam-se à legislação e à regulamentação aplicáveis aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos em geral. Os depósitos em cooperativas têm a proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Esse fundo garante os depósitos e os créditos mantidos nas cooperativas singulares e nos bancos cooperativos em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições. Atualmente, o valor limite dessa proteção é o mesmo em vigor para os depositantes dos bancos comerciais.

Nos últimos anos, a participação das cooperativas no mercado de crédito aumentou substancialmente no Brasil, especialmente no segmento de pessoa jurídica. Este estudo analisa esse fenômeno, detalhando o avanço da participação de mercado das cooperativas por modalidade de crédito e por área geográfica, bem como comparando as taxas de juros cobradas por cooperativas e pelas instituições do segmento bancário comercial. No Brasil, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) é estruturado em três níveis: a) cooperativas de crédito singulares, que realizam diretamente o atendimento a clientes; b) federações ou cooperativas de crédito centrais, formadas por cooperativas singulares; c) confederações ou bancos cooperativos, que são normalmente constituídos por cooperativas centrais. Com a finalidade de melhor explorar economias de escala, as cooperativas de crédito organizam-se, predominantemente, em estruturas verticalizadas. Com essa estratégia, as confederações e as cooperativas centrais reúnem recursos e padronizam os serviços financeiros oferecidos pelas filiadas, disponibilizando sistemas de apoio operacional e serviços administrativos, como assessoria jurídica e treinamento de equipes. Há ainda os bancos cooperativos, que têm a função de fornecer serviços bancários às cooperativas e aos cooperados, tais como compensação de cheques, depósitos de poupança, crédito, repasse de recursos oficiais e aplicação em fundos de investimento, atuando como intermediários entre o segmento de crédito cooperativo e o sistema financeiro em sentido amplo.

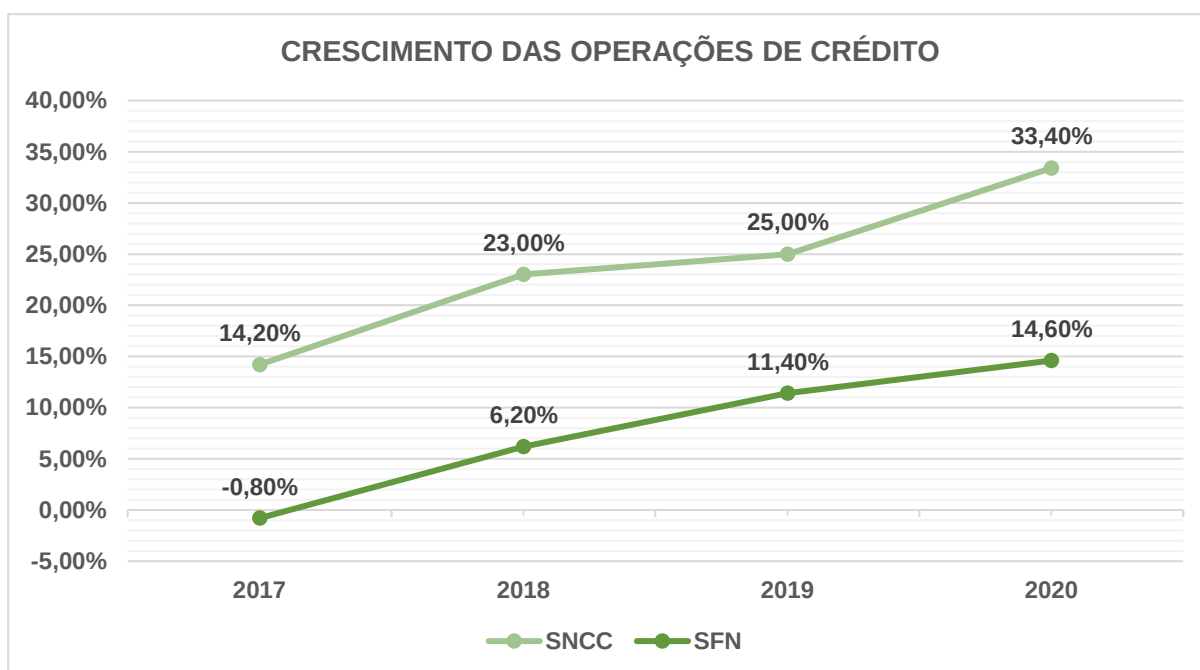
Cooperativas de crédito são instituições financeiras que oferecem aos seus associados produtos e serviços financeiros, de forma análoga a um banco comercial, contudo, com natureza societária distinta. Enquanto bancos são sociedades anônimas, as cooperativas de crédito são sociedades de pessoas regidas especificamente pela Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009, e subsidiariamente pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Nessa linha, destacam-se as seguintes características: (1) nas cooperativas, cada associado tem direito a um voto, o qual não é proporcional à sua participação no capital social; (2) o resultado da cooperativa, chamado de sobras (quando positivo), é revertido aos associados na proporção de sua utilização dos serviços prestados, e não na proporção da participação no capital (art. 24, § 3º, da Lei 5.764/1971). Como sua função social não é gerar lucros, mas prestar serviços ao associado, a remuneração ao capital social das cooperativas de crédito é limitada, nos termos da Lei Complementar 130/2009. Portanto, o efeito líquido da reversão das sobras aos associados pode ser considerado como uma redução dos custos dos produtos oferecidos, tais como o crédito; e (3) os principais serviços prestados pelas cooperativas de crédito (a captação de recursos e a concessão de créditos e garantias) devem ser restritos aos associados.

Em dezembro de 2020, o Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito (SNCC) era composto por 847 cooperativas singulares de crédito, i.e., cooperativas que diretamente prestam serviços a seus associados. Entre elas, 222 são independentes – ou seja, não estão vinculadas a cooperativas centrais. As demais 625 são filiadas a uma das cinco cooperativas centrais independentes ou a uma das 29 centrais vinculadas a uma das quatro confederações de centrais existentes. Estas últimas correspondem aos quatro sistemas cooperativos organizados, compostos por três níveis: cooperativas singulares, centrais e confederação. Dois desses sistemas também incluem bancos cooperativos (bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito) nos termos da Resolução CMN 2.788, de 30 de novembro de 2000.

No último quinquênio, o SNCC se destacou por seu crescimento,⁵ acima do restante do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O Ativo Total Ajustado (ATA) do SNCC passou de R\$ 174,3 bilhões em dezembro de 2016 para R\$ 371,8 bilhões em dezembro de 2020, e sua participação no ativo total do SFN passou de 2,5% para

3,71% no mesmo período. Já a carteira de crédito do SNCC passou de R\$ 95 bilhões (2,74% do SFN) para R\$ 228,7 bilhões (5,1% do SFN), com um aumento acumulado de 134,6%. Comparando o crescimento anual da carteira de crédito do SNCC (em dezembro de cada ano) nas modalidades nas quais ele tem participação relevante com o crescimento do crédito nas demais instituições do SFN (SFN excluindo o SNCC) nas mesmas modalidades, verifica-se que sistematicamente a taxa de crescimento foi superior, ainda que com uma aceleração similar, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Crescimento das operações de crédito SNCC x SFN



ELABORADO PELO AUTOR

FONTE: BRASIL. BANCO CENTRAL. **Crescimento das Cooperativas de Crédito.** 2021. [S.l.] disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/Documents/reb/boxesreb2020/boxe_6_crescimento_cooperativas.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

Em dezembro de 2020, o SNCC tinha 11,9 milhões de associados (um aumento de 9,4% em relação ao ano anterior e de 42,1% em relação a 2016) – dos quais 10,2 milhões são pessoas físicas e 1,7 milhão, pessoas jurídicas. A participação de novos associados (considerados aqueles com menos de um ano de filiação) na Carteira de Crédito Ativa do SNCC aumentou proporcionalmente até 2018, atingindo um pico de 8% – correspondente a R\$ 11 bilhões. Após esse pico, a expansão do crédito entre os cooperados com mais tempo de filiação foi maior do que entre novos cooperados, que hoje respondem por 8,8% da carteira (R\$ 18,7

bilhões). Portanto, o crescimento da carteira crédito não se deve apenas a expansões de curto prazo na base de associados (concessão de empréstimo para associados recentes). Isso é consistente com a ênfase no relacionamento com o associado referida pela literatura sobre cooperativismo. Na mesma linha, nota-se que, quando se considera o total do crédito tomado pelos associados, em todo o SFN, a participação do crédito cooperativo tem-se mantido em expansão. Quando consideramos as modalidades em que o SNCC tem participação relevante e compete com outros segmentos, a participação do crédito cooperativo no total de crédito tomado por seus cooperados saltou de 20,9% para 28% no período entre os anos de 2016 e 2020. Os dados apresentados estão em consonância com uma das metas estabelecidas para o Cooperativismo Financeiro na Agenda BC#. Em 2019, quando foi lançada Agenda, o setor comprometeu-se a ampliar a oferta de crédito a seus próprios associados, a fim de atingir 40% do total do volume de operações destes nas modalidades consideradas relevantes. Ainda há espaço para avançar na oferta de crédito aos associados, uma vez que, em dezembro de 2020, a maioria dos associados não tinha crédito ativo nas modalidades relevantes no SNCC (embora tivessem capital social e usufríssem de outros serviços) e, destes, 24,9% (3 milhões de associados) tomavam crédito apenas em outras instituições.

Observa-se uma tendência de mudança no perfil da carteira de crédito do SNCC. No quinquênio, embora a carteira referente a pessoas físicas tenha aumentado 108,2% (passando de R\$64,37 bilhões para R\$ 134 bilhões), o crédito concedido a pessoas jurídicas cresceu 142,7% (de R\$ 35,51 bilhões para R\$ 83,64 bilhões), passando a representar, no fim de 2020, 39% da carteira de crédito. Em dezembro de 2020, a principal modalidade de crédito a pessoas físicas ainda era o crédito rural, cujo saldo representava 36,9% das concessões de crédito a pessoas físicas, seguida pelos empréstimos pessoais (com e sem consignação), com 30,3% de participação. As pequenas e médias empresas respondem por 93,5% do crédito concedido a pessoas jurídicas (PJ). A modalidade de capital de giro de longo prazo continua a responder pela maior parte da carteira PJ, tendo evoluído de R\$ 15,58 bilhões para R\$ 55,2 bilhões. O capital de giro com prazo superior a um ano é uma das modalidades que apresentou maior crescimento no período, respondendo por 43,9% do crescimento da carteira do SNCC no ano de 2020.

Histórica e geograficamente, o Cooperativismo Financeiro tem-se expandido de pequenos municípios no interior da região Sul para áreas com maior densidade populacional, também se espalhando para as regiões Sudeste e Centro-Oeste – desembocando, mais recentemente, nas regiões Norte e Nordeste. Atualmente, 94% dos municípios da Região Sul são atendidos por cooperativas de crédito singulares, contra 27,6% na Região Norte, 11,5% na Região Nordeste – e uma média nacional de 49,7%. Destaca-se ainda que 3,8% dos municípios nacionais são atendidos exclusivamente por cooperativas – i.e., não possuem agências bancárias (embora possa haver serviços bancários prestados por correspondentes). Outra característica importante que diferencia o SNCC é a sua concentração segundo o porte do município. Enquanto o SNCC, em dezembro de 2020, concentrava sua carteira em municípios de até 50 mil habitantes (48,8% da carteira relevante), o restante do SFN apresenta uma maior representatividade nas regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes – 28% da carteira relevante. O sistema bancário em geral realoca capital de setores e regiões com excedente produtivo, como o setor agropecuário do interior do Brasil, para investimentos em outras áreas, visando maximizar o retorno (BUSTOS, GARBER E PONTICELLI, 2016). Já o SNCC, de acordo com sua filosofia mutualista peculiar e com sua distribuição geográfica (MCKILLOP, 2020), mantém relevantemente o excedente na mesma região, tendo assim um impacto muito maior sobre a economia de municípios menores. Como mostra o Gráfico 8, 42% do crédito em municípios de até 10 mil habitantes é concedido por cooperativas – contra 4,7% do crédito em municípios com mais de 1 milhão de habitantes (considerada a carteira relevante).

Conforme apresentado anteriormente, o crescimento do setor cooperativo não decorre apenas de condições macroeconômicas específicas (como a crise de 2020) ou de efeitos como os da inserção digital recente (no rastro do setor bancário), mostrando uma tendência de longo prazo: de dezembro de 2011 a dezembro de 2015, a carteira crédito total já havia aumentado de R\$47,04 bilhões (2,43% do SFN) para R\$102,37 bilhões (3,23% do SFN). Além disso, o crescimento observado não ocorre apenas na carteira de crédito, mas também em outros serviços oferecidos aos associados – fornecidos diretamente pela cooperativa singular (serviços bancários e de intermediação financeira, como conta corrente, serviços de pagamento, depósitos etc.) ou prestados por entidades pertencentes ao mesmo

sistema ou conveniadas (como a distribuição de títulos e valores mobiliários, consórcios, seguros, fundos de investimento, emissão de cartão de crédito etc.). A literatura indica que a diversificação de produtos e serviços impacta positivamente a eficiência dessas instituições (SANTOS, 2020). Ao oferecerem uma gama de serviços financeiros (incluindo modalidades de crédito cuja participação do SNCC ainda é pouco relevante, como financiamento imobiliário e “*home equity*”), as cooperativas aumentam suas chances de fidelizar os associados antigos e de atrair novos interessados, pode-se visualizar essa tendência na evolução das receitas de prestação de serviços, que, em geral, acompanha o crescimento da quantidade de associados.

Ao fim de 2020, os depósitos respondiam por 87,3% das captações do SNCC, sendo a principal fonte de recursos para financiar a carteira de crédito. A pesquisa de Carvalho et al. (2013) indica que um aumento nos depósitos tem correlação negativa com a probabilidade de uma cooperativa sair do mercado (seja por liquidação, seja por incorporação). Como visto na Tabela 1, os depósitos cooperativos aumentaram 130% nos últimos cinco anos (de R\$ 110,1 bilhões para R\$ 253,4 bilhões) – e sua participação no total de depósitos do SFN passou de 5,1% para 6,28%. Destaca-se o aumento acentuado (também observado no setor bancário) do saldo de depósitos ao longo de 2020, relacionado à crise ocasionada pela pandemia – quando associados trocaram posições em renda variável (como ações ou fundos de investimento em ações) por depósitos a prazo e poupança. Com a criação do FGCoop (que passou a funcionar desde 2014), os depósitos cooperativos se tornaram um investimento mais seguro, uma vez que passaram a ser garantidos até o limite de R\$250 mil por associado, hoje, mais de 99% dos associados têm o valor em depósitos integralmente coberto por essa garantia.

Outra tendência relacionada à expansão do SNCC tem sido a redução do número total de instituições (principalmente por incorporações) e o aumento da quantidade de instituições que optam por ampliar seu escopo de atuação (tornando-se, por exemplo, cooperativas plenas) ou seus critérios de associação (tornando-se, por exemplo, cooperativas de livre admissão). A partir do ano de 2016, o número total de cooperativas singulares diminuiu de 1.019 para 847 (-16,9%) – sem prejuízo, porém, à capilaridade do SNCC, que aumentou a quantidade de Postos de Atendimento (PAC) de 4.681 para 6.280 (+34,2%). No mesmo período, as

cooperativas de livre admissão passaram de 328 para 438 (aumento de 33,5%) instituições e hoje representam 51,7% das singulares. Ainda que, quanto à categoria, as instituições clássicas permanecem sendo a maioria, com 613 instituições (72,4% do total), a tendência é de redução em seu número à medida que optem por se tornarem cooperativas plenas. Instituições dessa categoria tendem a ter maior porte e atualmente respondem por 38,8% do volume de créditos concedidos pelas singulares (de R\$ 181,2 bilhões), contra 60,3% referente às cooperativas clássicas. A redução da quantidade de singulares, sem diminuição do número de postos de atendimento, é consequência do fato de que, em vez de encerrar atividades, essas instituições foram, na maior parte, incorporadas por outras de maior porte. Na maioria dos casos, embora não haja risco de continuidade para a incorporada, a incorporação possibilita ganhos de escala e, consequentemente, benefícios para o quadro de associados. Já nos casos em que a incorporada tem situação econômico-financeira deteriorada (como desenquadrada nos limites operacionais definidos pela regulação), a incorporação permite que a instituição menos eficiente seja absorvida por cooperativas maiores, evitando a interrupção da prestação de serviços (como ocorreria com a dissolução da sociedade) e risco a seus credores (inclusive depositantes).

Cooperativas centrais desempenham um papel fundamental em processos de incorporação, seja pela análise de custo-benefício nos casos em que a alteração societária ocorre visando a ganhos de escala, seja pela atuação como Supervisão Auxiliar (nos termos da Lei Complementar 130/2009) nos casos de risco à continuidade do negócio – evitando, pois, um risco à imagem do respectivo sistema e do SNCC. Nesses casos, também se destaca o FGCoop, que, além de prover garantia aos depósitos e de monitorar a situação econômico-financeira das singulares, também pode realizar operações de saneamento, financiando a recuperação (ou incorporação) de cooperativas em risco de descontinuidade. Isso evidencia como as cooperativas “cooperam mutuamente” – um exemplo do que se vem chamando de “coopetição” no sistema financeiro, também observado na cooperação entre instituições menores, como “fintechs”, e bancos de maior porte (FONSECA & MENESES, 2020). No caso das cooperativas, os correspondentes ganhos de escala e de especialização decorrentes dessa cooperação permitem maior concorrência entre os diferentes sistemas e em relação ao restante do SFN.

Contudo, como referido anteriormente, além da competição, os preços praticados pelas cooperativas em relação a seus principais serviços (crédito e depósitos) também são influenciados por sua governança e sua estrutura associativa – uma vez que os associados têm incentivos para minimizar o “spread”.

4.3 Desenvolvimento econômico a partir do Cooperativismo Financeiro

A construção do desenvolvimento regional é fruto da participação efetiva da comunidade, cuja centralidade está no ser humano como sujeito, com as mais diversas possibilidades de realização quanto à forma, organização, mas tem na cooperação um princípio fundamental. Distinguir crescimento de desenvolvimento econômico no plano histórico só faz sentido a partir de uma perspectiva teórica que supõe possível e frequente o aumento da renda per capita sem mudanças profundas na sociedade, quando isso só pode ocorrer em situações muito particulares. Nas situações normais, as mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho que ocorrem com o aumento da produtividade são acompanhadas por mudanças no plano das instituições, da cultura, e das próprias estruturas básicas da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2008). De acordo com essas ideias, as mudanças necessárias para o aumento de produtividade são acompanhadas, geralmente, por mudanças também nas instituições e na estrutura da sociedade. O que, inevitavelmente, promoveria seu desenvolvimento. O desenvolvimento regional é entendido como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2002). Isso permite dizer que há uma participação efetiva da população local na definição de seu rumo e sua forma de desenvolvimento e que o cooperativismo facilita esta dinâmica social.

No contexto atual em que vivemos, todas as pessoas (e empresas também) necessitam de uma instituição financeira para realizar suas movimentações financeiras, desde as básicas (pagamento de contas do dia a dia) até as mais complexas (empréstimos, financiamentos e aplicações). Ao escolher uma instituição financeira, a população brasileira conta com mais de 100 bancos atuando no país, incluídos os grandes bancos de varejo e uma centena de instituições financeiras especializadas em algum nicho de mercado (crédito consignado, financiamento de

veículos ou outras operações). Essas instituições bancárias têm como característica ser de propriedade de um pequeno número de pessoas que buscam obter o máximo retorno possível (lucro) sobre o capital que possuem investido. Este lucro é obtido através das movimentações financeiras realizadas pelos clientes, pessoas que não possuem nenhum poder de decisão sobre a forma de atuação do banco com o qual operam, apenas usufruindo dos produtos e serviços que utiliza e pagando o preço estabelecido. Talvez por desconhecimento, a quase totalidade dos brasileiros realiza suas operações financeiras com os bancos tradicionais, principalmente com os cinco maiores acima citados. Ainda são poucos, cerca de 13 milhões de pessoas, que já descobriram que ser apenas um cliente não é a única opção existente. É possível ser o dono de sua própria instituição financeira, organizada em forma de cooperativa.

Uma cooperativa é uma associação de pessoas, que nela ingressam voluntariamente (se tornando sócias) e que passam a fazer suas movimentações financeiras através dela, e não mais com os bancos tradicionais. Estes sócios passam a ser os donos da cooperativa, juntamente com centenas ou milhares de outras pessoas. Na maioria das instituições financeiras cooperativas existentes no país o capital social exigido para ingressar como sócio é bastante baixo e este capital pode ser resgatado quando o associado decidir sair da cooperativa. As cooperativas não têm fins lucrativos, o que significa que normalmente suas taxas são mais acessíveis e competitivas do que os bancos tradicionais. Além disto, todos os anos, após apuradas as sobras do exercício, as cooperativas convocam seus sócios para comparecer na Assembleia Geral, momento em que é decidida a destinação a ser dada para as sobras que houver. Costumeiramente a maior parte destes resultados são devolvidas aos associados, na proporção da movimentação que cada um realizou, valorizando os que são mais fidelizados e que realizam suas operações com a cooperativa. Uma pesquisa do BCB, realizada há alguns anos, apontou que 42% dos sócios de cooperativas são 100% fidelizados, ou seja, não possuem movimentação em nenhuma outra instituição financeira, o que comprova que as cooperativas oferecem praticamente todos os produtos e serviços que os bancos também possuem (aplicações, empréstimos, seguros, consórcios, cartões de crédito e débito). Um dos grandes diferenciais de uma cooperativa é que todos são

sócios, não existindo pessoas que sejam apenas clientes. Esta é uma exigência legal para que as pessoas possam operar com uma cooperativa financeira.

Enquanto sócios, é esperado que todos participem ativamente das decisões da cooperativa, decisões estas que ocorrem nas assembleias. As assembleias ocorrem anualmente, obrigatoriamente até o final do mês de abril, e nelas são discutidos e votados: (1) prestação de contas do ano anterior; (2) forma de destinação dos resultados ou do rateio das perdas; (3) eleição dos associados que farão parte do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (4) definição do valor dos honorários a serem pagos aos conselheiros; (5) discussões sobre o Estatuto Social e Regimentos Internos da cooperativa. Dentre as cerca de 900 instituições financeiras cooperativas existentes no país encontram-se instituições dos mais variados tamanhos, com várias sendo formadas por mais de 30 ou 50 mil associados. As cooperativas são geridas democraticamente sendo que, nas assembleias, os associados elegem, dentre eles mesmos, pessoas que serão responsáveis pela gestão da cooperativa, os chamados conselheiros de administração, que terão a obrigação de prestar contas de suas ações nas próprias assembleias.

Daí a interação e correlação entre o desenvolvimento regional e a organização cooperativa, gerando resultados econômicos e sociais em benefício das pessoas em cooperação e das comunidades do seu entorno (SILVEIRA, 2017). Na relação entre cooperação e desenvolvimento regional, as organizações cooperativas são fenômenos que nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados, normalmente, de ordem econômica (ZENI, 2003). A cooperação é um acordo racional de sujeitos sobre algo: a economia. O acordo da cooperação diz respeito aos interesses e necessidades frente à produção e distribuição de bens e riquezas. No entanto, contêm elementos sociais, culturais e políticos, incorporados ao seu sentido econômico. Destes elementos decorre uma natureza local que permite reconhecer uma relação entre a organização e o funcionamento de uma cooperativa e o processo de desenvolvimento regional (FRANTZ, 2012). No momento em que o mundo experimenta um processo de profundas transformações, as sociedades locais passam a estabelecer relações globalizadas em cenários complexos e cada vez

mais dinâmicos (GHEMAWAT, 2012), necessitando de novas formas de organização. O cooperativismo vem se consolidando como alternativa de organização econômica e social em nível regional (DALLABRIDA, 2007) apresentando-se, na sociedade pós-moderna, como uma das formas mais inovadoras de organização do trabalho e da distribuição mais igualitária do poder e da renda. Surgido formalmente na segunda metade do século 19, auge da Revolução Industrial, o cooperativismo tem assumido formas e papéis cada vez mais importantes no desenvolvimento da sociedade. Estes papéis estão diretamente ligados a organização das pessoas, na qual elas próprias são os agentes do processo de construção da cidadania.

Por outras vezes o cooperativismo tem sido utilizado como instrumento para a implantação de projetos públicos e privados, complementando diferentes papéis no seu contexto (SPAREMBERGER, 2021). Nessa concepção, o desenvolvimento regional é resultado da interação entre as políticas públicas, tais como educação e saúde, e a ação das organizações, como as cooperativas. Isso é possível, na medida em que o setor cooperativista consegue assegurar vários elementos do desenvolvimento regional, tais como a manutenção da renda nos municípios, o investimento em outras empresas da região e, além disso, maior foco nas atividades de vocação da região, possibilitando a solidificação do desenvolvimento regional.

No momento em que o mundo experimenta um processo de profundas transformações, as sociedades locais passam a estabelecer relações globalizadas em cenários complexos e cada vez mais dinâmicos (GHEMAWAT, 2012), necessitando de novas formas de organização. O cooperativismo vem se consolidando como alternativa de organização econômica e social em nível regional (DALLABRIDA, 2007) apresentando-se, na sociedade pós-moderna, como uma das formas mais inovadoras de organização do trabalho e da distribuição mais igualitária do poder e da renda. Surgido formalmente na segunda metade do século 19, auge da Revolução Industrial, o cooperativismo tem assumido formas e papéis cada vez mais importantes no desenvolvimento da sociedade. Estes papéis estão diretamente ligados a organização das pessoas, na qual elas próprias são os agentes do processo de construção da cidadania. Por outras vezes o cooperativismo tem sido utilizado como instrumento para a implantação de projetos públicos e privados, complementando diferentes papéis no seu contexto (SPAREMBERGER, 2021).

Nessa concepção, o desenvolvimento regional é resultado da interação entre as políticas públicas, tais como educação e saúde, e a ação das organizações, como as cooperativas. Isso é possível, na medida em que o setor cooperativista consegue assegurar vários elementos do desenvolvimento regional, tais como a manutenção da renda nos municípios, o investimento em outras empresas da região e, além disso, maior foco nas atividades de vocação da região, possibilitando a solidificação do desenvolvimento regional.

O Cooperativismo Financeiro gera um ciclo virtuoso no mercado, no sentido que aloca os recursos financeiros captados por meio dos associados na mesma região de localização da cooperativa. Esses recursos redistribuídos, geram renda e aumento no poder aquisitivo da população. Isto promove a necessidade de oferta de novas vagas de trabalho e no aumento da arrecadação de impostos. Isto por sua vez, disponibilizará mais recursos para o poder público, poder investir em infraestrutura e em outros projetos de desenvolvimento econômico e social, ampliando a capacidade produtiva e promovendo novas riquezas (MEINEN; PORT, 2014). Por fim, as práticas das cooperativas financeiras estão estritamente ligadas à economia de onde atuam, contribuindo para os fatores que geram crescimento e desenvolvimento econômico. No cenário do crescimento econômico, sua principal relação é com a geração de renda, já nos aspectos do desenvolvimento econômico, a principal relação está direcionada à diminuição da exclusão financeira. Por sua vez, a inclusão financeira possibilita aos respectivos cooperados adquirirem ativos monetários, cuja liquidez, induz a geração de renda e consumo. A ampliação da demanda por bens e serviços e a oferta para atendê-la, evidenciam os resultados econômicos direcionados, por exemplo, ao mercado de trabalho, devido à probabilidade de geração de emprego (SILVA, 2018).

A literatura, em especial após a crise de 2008, aponta que as cooperativas financeiras tendem a responder a crises de maneira distinta de outras instituições, como bancos (LU & SWISHER, 2020), sendo menos sensíveis à volatilidade do mercado financeiro e dos ciclos econômicos e suavizando os efeitos contracionistas durante recessões (MCKILLOP ET AL., 2020). Analisando dados do SNCC no contexto da crise de 2008, conclui-se que as cooperativas tendem a estabelecer menos restrições à concessão de crédito a seus membros, o que é chamado de “efeito de seguro”, mitigando choques de liquidez, com efeitos positivos sobre

pequenas e médias empresas e sobre o nível de emprego das respectivas regiões (AGHABARARI ET AL., 2020). Na mesma linha, conforme pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em 2020, sobre o impacto da pandemia da Covid-19, as pequenas empresas que buscaram crédito tiveram taxas de sucesso maiores nos sistemas cooperativos (30% no Sicredi e 28% no Sicoob) do que junto ao setor bancário (de 12% a 26%). Dada a estrutura de capital e de governança das cooperativas, onde seus clientes também são sócios, a função da organização seria maximizar não o resultado (por meio da maximização do spread – a diferença entre o custo de captação e a remuneração do crédito), mas o benefício entregue a seus associados por meio do fornecimento de serviços financeiros, mediando a relação entre poupadores e tomadores de crédito. Além disso, historicamente, as cooperativas costumam favorecer um relacionamento mais próximo com o associado, enfatizando o elo comum entre seus membros e a presença na vida social da comunidade, principalmente em cidades com menor população (MENEHINI, 2019).

Assim, estudos sobre Cooperativismo Financeiro costumam destacar o papel do relacionamento com o associado, por vezes vinculado a relações sociais com valor emocional (VILANOVA, 2020), bem como do uso de “soft information” (que não seria adequadamente capturada em modelos de análise de risco de crédito) por parte da cooperativa para reduzir a assimetria de informações entre a instituição e o cliente e o conflito de interesses entre poupadores e mutuários. Dessa forma, a cooperativa poderia selecionar mutuários com menor probabilidade de default, reduzindo os efeitos da seleção adversa e, conseqüentemente, os custos da operação de crédito (MCKILLOP, 2020). De fato, o SNCC tem oferecido, em geral, taxas mais baixas que a média do SFN (ANNIBAL, 2011) e, conforme respostas dadas ao BCB pelas cooperativas singulares filiadas às centrais, a oferta de taxas mais baixas (91% das respostas) e a expectativa de distribuição de sobras (85%) seriam suas principais vantagens competitivas – ensejadas pelo relacionamento privilegiado entre cooperativa e associado.

Outro fator que contribuiu para o crescimento do Cooperativismo Financeiro no Brasil é sua relação especial com o setor agropecuário. Em virtude das exportações, esse setor tende a ser favorecido pela desvalorização cambial e pela valorização do preço de commodities (FERNANDEZ, 2020). Nesse sentido, o

Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio , medido pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), em 2020 e o PIB do setor Agropecuário, medido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2020, a preços constantes, tem se mantido em expansão, apesar da crise econômica, tendo sido menos impactado que outros setores pela crise de 2020. As cooperativas de crédito tendem a se concentrar no interior do país e em áreas rurais (ANNIBAL & KOYAMA, 2011), tendo um efeito positivo na economia dos municípios dessas regiões (JACQUES & GONÇALVES, 2016). O SNCC, em dezembro de 2020, responde por 20,26% do financiamento rural no SFN (contra 9,5% em dezembro de 2016), mantendo-se a principal modalidade de crédito para pessoa física (em volume) nas cooperativas, em contraste com uma tendência de queda, em valores reais e em quantidade de contratos, entre os bancos comerciais (ASSUNÇÃO, COSTA & SOUZA, 2020), o que indica que o SNCC tem substituído o setor bancário na oferta desse produto. Ainda, o constante aprimoramento do arcabouço regulatório tem impulsionado o amadurecimento do setor nos últimos anos. Conforme tratamos na seção 4, observa-se uma redução no número de instituições singulares, movida por incorporações no setor, ensejando ganhos de escala e a absorção de instituições menos eficientes do mercado (DOS SANTOS & COSTA, 2020; PROLO JR., 2019), sem prejuízo direto aos associados.

Destacam-se também algumas mudanças regulatórias ocorridas na última década (como já referido no REB 2019), como a criação do FGCoop, criado pela Resolução CMN 4.150, de 30 de outubro de 2012, a criação da Auditoria Cooperativa (Resolução CMN 4.454, de 17 de dezembro de 2015) e uma nova base regulatória para o SNCC (Resolução CMN 4.434, de 5 de agosto de 2015) – ensejando menores restrições quanto à área de atuação e aos critérios de associação de livre admissão. Hoje, 51% do total de cooperativas de crédito singulares é de livre admissão, e concentram 86,4% do ATA do segmento. Além disso, o setor tem investido na inserção digital (seguindo uma tendência já presente no restante do setor financeiro). Os canais digitais de atendimento já concentram a maioria das transações, e o investimento em infraestrutura tecnológica é um item de destaque nas demonstrações financeiras combinadas dos dois principais sistemas de três níveis, o Sicredi e o Sicoob – que respondem por 85% do ATA do SNCC. Essa inserção permite ampliar a oferta de produtos e serviços ao associado, como

referimos na seção 3 do boxe. Além disso, ela permite a redução de custos de transações (CARAFFINI, 2020) e a aplicação de ferramentas analíticas para análise e concessão de crédito. Isso condiz com experiências relatadas pela literatura referente a sistemas de cooperativismo de crédito de outros países, em que cooperativas com aplicações web tendem a oferecer serviços mais convenientes, sem impacto negativo para o cliente (PANA, VITZTHUM & WILLIS, 2015) e com redução do spread (QUINN, 2015). Além disso, a digitalização expande as possibilidades de comunicação com o associado (POITEVIN, 2017) e possibilita a sua participação à distância (VIANA, 2018) – o que se disseminou em razão de medidas de distanciamento social em 2020, quando as assembleias gerais puderam ser realizadas on-line, com autorização explícita da Lei 14.030, de 28 de julho de 2020. Se, por um lado, essas mudanças permitem maior expansão do Cooperativismo Financeiro, por outro ainda é uma questão em aberto como isso impactará a noção de elos comuns futuramente – que, como referimos supra, está na base do cooperativismo (MCKILLOP, 2020).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Estudo de caso da cooperativa financeira singular Sicoob UniCentro Br

Por se tratar de um estudo do desenvolvimento regional sob o aspecto econômico foi optado por um estudo de caso de uma cooperativa financeira singular: a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Brasileira Ltda (Sicoob UniCentro Br). Essa singular é integrante do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) dentro do SNCC normatizado pelo CMN e regulado pelo BCB. O Sicoob está organizado em três níveis que vinculam operacionalmente cooperativas singulares, centrais e o Centro Cooperativo Sicoob (CCS). As cooperativas singulares são as entidades que prestam atendimento direto aos cooperados. Elas têm atuação regional e estão presentes em todos os estados e no Distrito Federal. As cooperativas centrais são as entidades regionais que promovem a integração sistêmica das cooperativas singulares a elas filiadas, coordenando-as e oferecendo-lhes apoio; o Sicoob opera com 16 centrais distribuídas pelo território nacional. O CCS tem por finalidade representar institucionalmente o sistema e é responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas de todo o Sistema. O Sicoob que possui 5,3 milhões de cooperados, 360 cooperativas singulares com 1.952 municípios atendidos, 3.563 pontos de atendimento em todos os estados da Federação. O Sicoob é o 47º maior grupo empresarial do Brasil e a única instituição financeira presente em 326 municípios (BCB, 2020).

O Sicoob UniCentro Br foi formado pela associação de um grupo de médicos, atualmente é uma cooperativa de livre admissão, em 1992 na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, e está consolidada, como cooperativa financeira singular, entre uma das dez maiores instituições cooperativas financeiras do Brasil. É uma das maiores singulares do sistema Sicoob, com mais de 44 mil cooperados nos estados de Goiás, Tocantins, São Paulo e Distrito Federal conforme a Figura 3; administrando ativos superiores a três bilhões de reais, de acordo com levantamento de 2020 do BCB. Trata-se de uma instituição financeira não bancária, filiada à Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito (Sicoob Uni) e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob (Sicoob Confederação), em

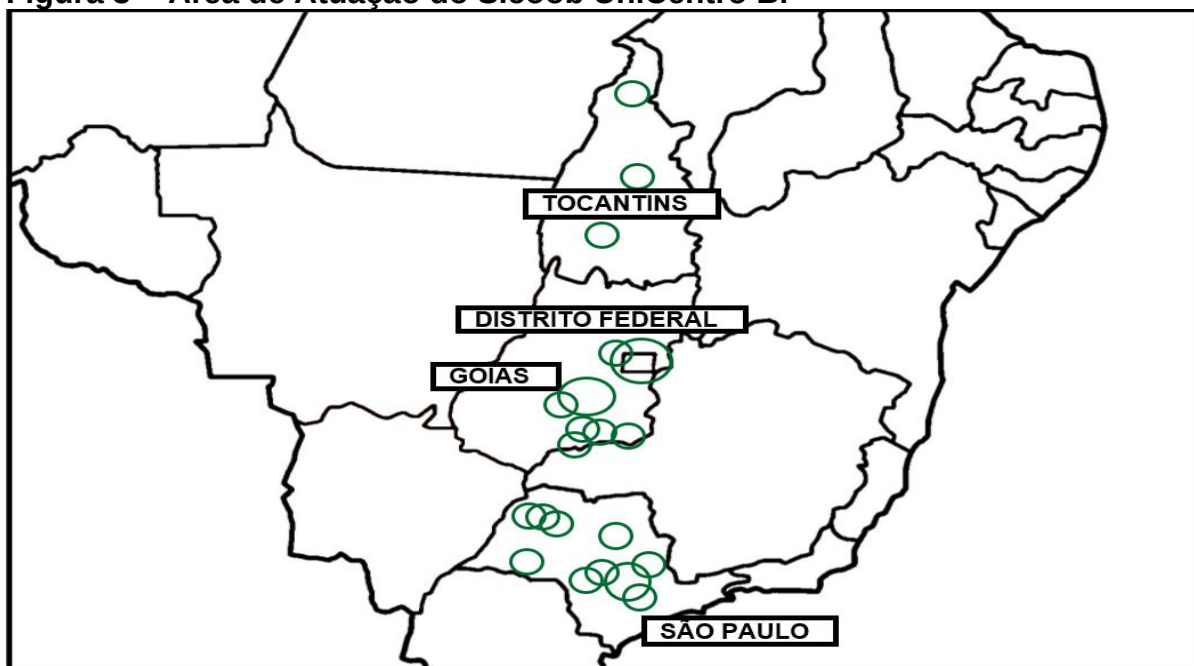
conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o SNCC e pela Resolução nº 4.434/2015, do CMN, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas financeiras. Possuía, em dezembro de 2020, trinta e seis postos de atendimento (agências) nas seguintes localidades: Aparecida de Goiânia, Catalão, Goiânia, Caldas Novas, Morrinhos, Itumbiara e Luziânia, no Estado de Goiás; Brasília, Gama e Taguatinga no Distrito Federal, Palmas, Araguaína e Gurupi no Estado do Tocantins e Votuporanga, Jales, Fernandópolis, Americana, Santa Bárbara D'oeste, Piracicaba, Tietê, Itatiba, Botucatu, Avaré, Assis, Ribeirão Preto, Campinas e São Bernardo do Campo no Estado São Paulo.

O Sicoob UniCentro Br tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade: (i) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados; (ii) a formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; (iii) praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

As demonstrações contábeis do Sicoob UniCentro Br são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BCB, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com

as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, são aplicados integralmente na elaboração das demonstrações contábeis da cooperativa.

Figura 3 - Área de Atuação do Sicoob UniCentro Br



ELABORADO PELO AUTOR

FONTE: CONFEBRAS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. **BurelCoop**. Brasília, DF: CONFEBRAS, <https://confebras.coop.br/bureau/powerbi/>. Acesso em: 16 set. 2022.

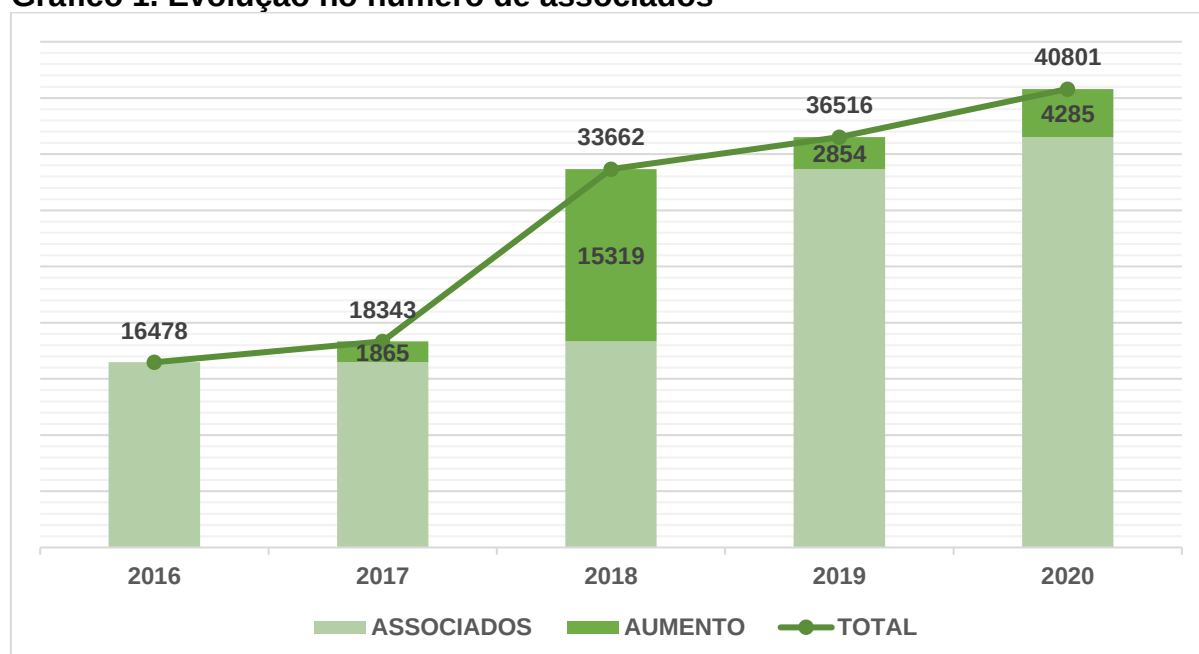
5.1.1 Evolução do número de associados

Com base nos levantamentos realizados verificou-se que a políticas públicas de fomento ao cooperativismo financeiro, no período analisado, refletiram na estrutura normativa do BCB e impactaram favoravelmente no crescimento do número de associados da cooperativa estudada. Esse avanço foi uma oportunidade que a cooperativa utilizou, utilizando do processo de modernização da gestão, do crescimento sustentável e pelas decisões de sua estrutura de governança, com as incorporações de outras cooperativas, essas possibilidades se concretizaram.

Destacam-se o incremento sustentável no número de associados no período analisado, sobretudo no ano de 2018, quando a cooperativa incorporou duas cooperativas financeiras, como já citado anteriormente, devido a possibilidade jurídica das norma vigentes e a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária

Conjunta dos associados da incorporadora e das incorporadas, bem como, a ratificação pelo BCB. No ano de 2018, o Sicoob UniCentro Br, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do seu Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu as incorporações das cooperativas: (i) a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Aliança dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde Região Noroeste Paulista (Grancred Noroeste Paulista), incorporação homologada pelo BCB em 14 de janeiro de 2019; e (ii) a Cooperativa de Crédito dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde, Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores (Sicoob UnimaisBandeirante), processo de incorporação homologado pelo BCB em 27 de março de 2019. Essas incorporações, além de trazer oportunidades aos associados das cooperativas incorporadas, também permitiram o fortalecimento do cooperativismo nas cidades onde operam, garantindo a segurança e robustez do sistema cooperativo financeiro. Com esse fortalecimento, houve também o crescimento dos negócios pelo volume de novos cooperados associados, intensificando o caráter regionalista do Sicoob UniCentro Br, onde cada real captado é aplicado na região de sua abrangência, seja por crédito ou por distribuição dos resultados financeiros.

Gráfico 1. Evolução no número de associados



ELABORADO PELO AUTOR

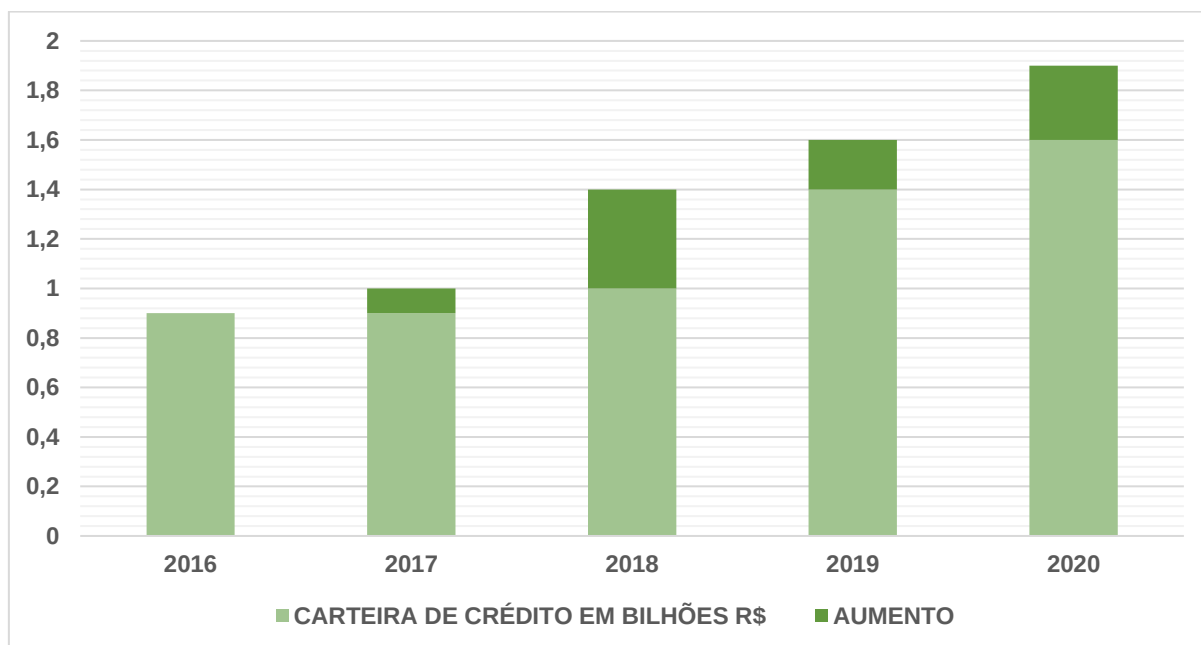
FONTE: CONFEBRAS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. **BurelCoop**. Brasília, DF: CONFEBRAS, <https://confebras.coop.br/bureau/powerbi/>. Acesso em: 16 set. 2022.

5.1.2 Evolução no volume de operações de crédito

Esse tópico detalha a demonstração do resultado do estudo acerca da evolução no volume de operações de crédito oferecido aos associados. Nesse contexto, a partir do papel socioeconômico que desempenham, as cooperativas financeiras promovem a desintermediação financeira que gera a circulação de recursos e, portanto, o desenvolvimento econômico local (FERREIRA, GONÇALVES E BRAGA, 2007). Conforme verificado no Gráfico 2.

Cooperativas financeiras mais eficientes desempenham melhor seu papel socioeconômico, o que resulta na ampliação de três importantes fatores. Primeiramente, ocorre a promoção da desintermediação financeira, que torna o diferencial entre as taxas de captação e empréstimos, realizados aos cooperados, gerando mais oportunidades para a circulação de recursos regionalmente e, conseqüentemente, o desenvolvimento local, já que depositantes e tomadores de empréstimos normalmente pertencem à mesma localidade.

Gráfico 2 - Evolução no volume de operações de crédito

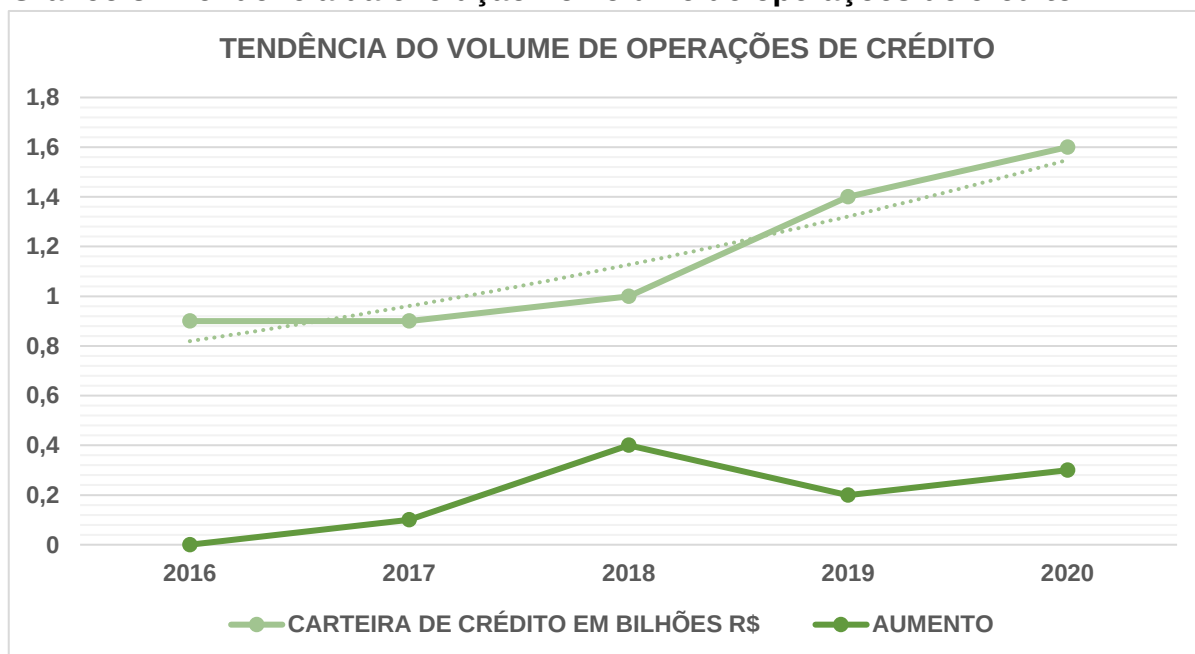


ELABORADO PELOS AUTORES

FONTE: CONFEBRAS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. **BurelCoop**. Brasília, DF: CONFEBRAS, <https://confebras.coop.br/bureau/powerbi/>. Acesso em: 16 set. 2022.

Para analisar esse fenômeno na cooperativa Sicoob UniCentro Br optou-se por avaliar o volume de empréstimos concedidos entre os anos de 2016 e 2020 e sua tendência, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Tendência da evolução no volume de operações de crédito



ELABORADO PELO AUTOR

FONTE: CONFEBRAS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. **BurelCoop**. Brasília, DF: CONFEBRAS, <https://confebras.coop.br/bureau/powerbi/>. Acesso em: 16 set. 2022.

5.1.3 Cálculo do Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) do ano de 2020 do Sicoob UniCentro Br

Elaborou-se e analisou-se os resultados da DVA do Sicoob UniCentro Br, com base na DRE do ano de 2020, destacando que os resultados foram obtidos com a aplicação do método da adição e com enfoque contábil. Para melhor analisar e evidenciar utilizou-se também outra técnica de análise das demonstrações contábeis, ou seja, “a determinação da porcentagem de cada conta ou de grupo de contas em relação ao seu conjunto” (RIBEIRO, 1999). Apoiado num referencial teórico foi calculado a DVA, mediante o emprego do método da adição e o enfoque contábil, tendo por base os dados obtidos nas Demonstrações Contábeis do Sicoob UniCentro Br no ano de 2020. A elaboração da Demonstração do Valor Adicionado permitiu observar a riqueza gerada e como ela foi distribuída através da análise vertical, analisando posteriormente as variações ocorridas nesta distribuição,

visando contribuir para subsidiar o processo de tomada de decisões necessárias para um melhor gerenciamento e direcionamento dos negócios. A Tabela 2 reflete a DVA de acordo com o método da adição (COSENZA, 2003), bem como análise vertical, que permite a análise de forma individual e estrutural.

Tabela 2 –Demonstração do Valor Adicionado com análise vertical do Sicoob UniCentro Br no ano de 2020

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - 2020	
1 - INGRESSOS	295.218.299
1.1 - Intermediação financeira	295.218.299
2 - DISPÊNDIOS	126.184.714
2.1 - Intermediação financeira	126.184.714
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	169.033.584
4 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	(18.557.758)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3-4)	150.475.826
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO	35.447.550
6.1 - Depósitos intercooperativos	35.447.550
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	185.923.376
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1 - EMPREGADOS	64.789.421
8.1.1 - Remuneração direta	35.611.581
8.1.2 - Remuneração Diretoria e Conselho Administração	8.287.678
8.1.3 - Remuneração Conselho Fiscal	795.600
8.1.4 - Remuneração estagiários	159.706
8.1.5 - Benefícios	6.136.478
8.1.6 - FGTS	13.764.950
8.1.7 - Treinamentos	33.426
8.2 - GOVERNO	3.953.843
8.2.1 - Impostos e contribuições (terceiros)	180.765
8.2.2 - Impostos e contribuições (salários)	2.806.697
8.2.3 - Outros	966.380
8.3 - REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	11.900.666
8.3.2 - Aluguéis	5.388.757
8.3.3 - Outras	6.511.909
8.5 - ASSOCIADOS (COOPERADOS)	105.279.444
8.5.1 - Disposição da Assembleia Geral	47.298.884
8.5.2 - Fundo de reserva	47.298.884
8.5.3 - Juros sobre o Capital Social	10.681.674

TABULADO PELO AUTOR

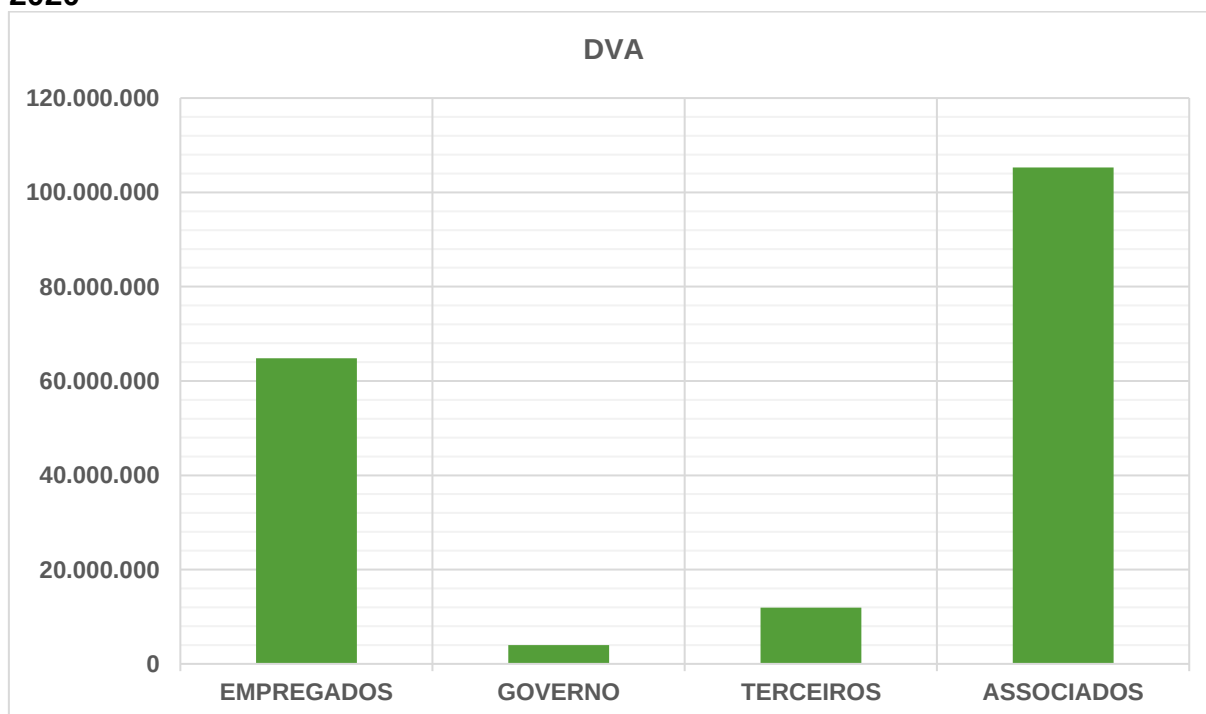
FONTES: VIEIRA, E. T. et al. Demonstração Do Valor Adicionado: alternativa de mensuração da sustentabilidade social nas empresas Sicoob e Unicred de Mineiros/GO. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 19, n. 36, p. 1-25, 17 mar. 2020. DOI 10.5935/1981-4747.20200001. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/A676819923/IFME?u=anon~1a41b0b5&sid=googleScholar&xid=77599b57. Acesso em: 16 set. 2022.

SICOOB UNICENTRO BR. Relatórios de gestão. **Relatório de Gestão: 2020**. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/documents>. Acesso em: 16 set. 2022.

5.1.4 Análise financeira e social da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) do Sicoob UniCentro Br

A análise da DVA abrange dados financeiros que podem proporcionar uma avaliação da participação de uma organização na economia da região de sua abrangência, pois apresenta de forma diferenciada dos demais relatórios contábeis os valores destinados em um determinado período para seus empregados, para a administração pública (governo), associados e ainda os investimentos no seu próprio desenvolvimento, que podem possibilitar geração de riqueza futura. Valor adicionado é todo custo, despesa ou resultado, que proporcionará a continuidade na geração de riquezas para a comunidade com a sua movimentação, como por exemplo, os valores recebidos a título de remuneração pelo trabalho que podem ser utilizados pelos colaboradores na aquisição de bens e serviços, gerando novas riquezas em outras organizações, proporcionando com isto, o desenvolvimento da sociedade.

Gráfico 4 - Distribuição do Valor Adicionado do Sicoob UniCentro Br do ano de 2020

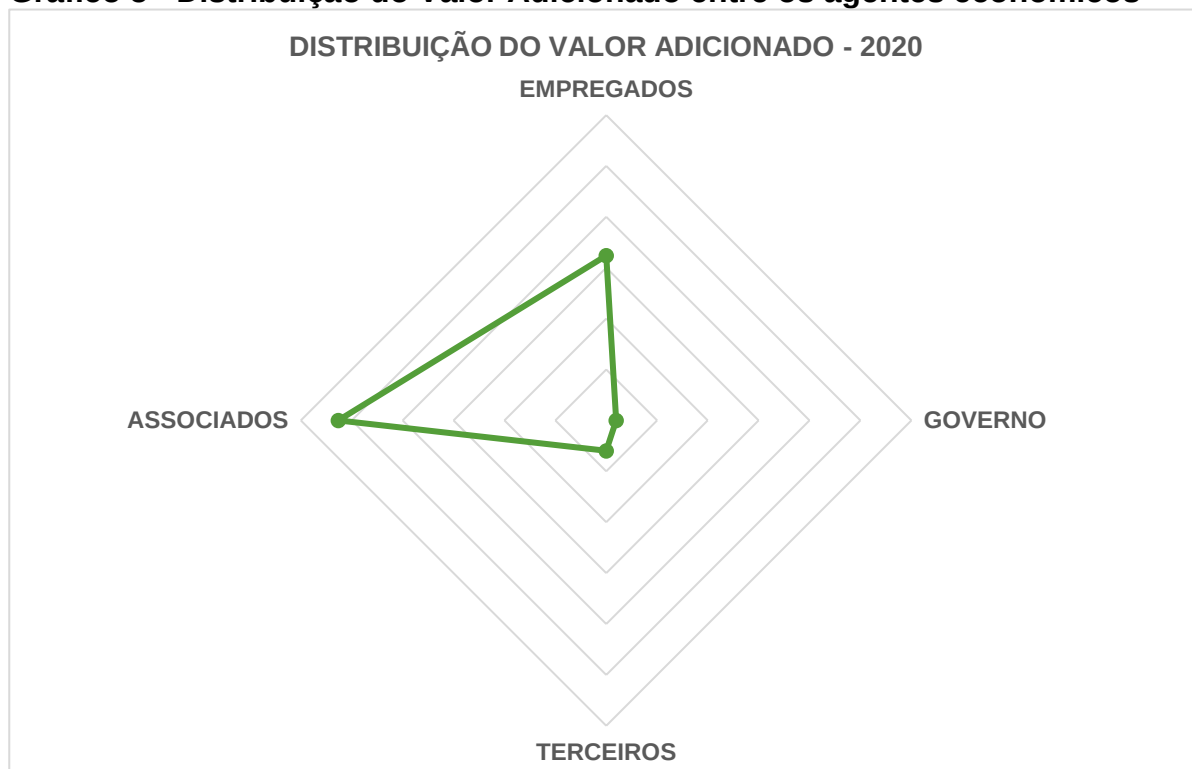


ELABORADO PELO AUTOR

FONTE: SICOOB UNICENTRO BR. Relatórios de gestão. **Relatório de Gestão:** 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, [S.I.], 2021. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/documents>. Acesso em: 16 set. 2022.

O aumento na distribuição da riqueza gerada pela cooperativa para os empregados, governo e associados, demonstra a sua importância financeira e social na comunidade, pois através da remuneração paga aos empregados, estes possivelmente gastem na própria comunidade onde está inserida a cooperativa, gerando assim um efeito imediato na sociedade local; também no recolhimento dos impostos ao governo (em todos os níveis), há uma contribuição da cooperativa na redistribuição em formato de ações sociais para os cidadãos locais, e na distribuição dos resultados aos associados, estes têm a possibilidade de reinvestir estes valores no capital social da cooperativa, contribuindo para o seu fortalecimento. Conforme demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 5 - Distribuição do Valor Adicionado entre os agentes econômicos



ELABORADO PELO AUTOR

FONTE: SICOOB UNICENTRO BR. Relatórios de gestão. **Relatório de Gestão:** 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, [S.I.], 2021. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/documents>. Acesso em: 16 set. 2022.

Nessa demonstração os dados evidenciam o processo de geração de riqueza por parte da cooperativa e a forma como a riqueza é distribuída aos diferentes stakeholders, tendo-se elementos para analisar a movimentação dos recursos. Essa análise está acessível aos mais diversos usuários, dada a simplicidade com que se apresenta esta demonstração. Apoiado num referencial teórico foi calculado a DVA,

mediante o emprego do método da adição e o enfoque contábil, tendo por base os dados obtidos nas Demonstrações Contábeis do Sicoob UniCentro Br no ano de 2020. A elaboração da Demonstração do Valor Adicionado permitiu observar a riqueza gerada e como ela foi distribuída através da análise vertical, analisando posteriormente as variações ocorridas nesta distribuição, visando contribuir para subsidiar o processo de tomada de decisões necessárias para um melhor gerenciamento e direcionamento dos negócios. Visualiza-se essa variação entre os entes econômicos que contribuíram para formação da riqueza da sociedade cooperativa no Gráfico 5.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a importância das cooperativas financeiras para o desenvolvimento regional percebemos que essas instituições oferecem produtos e serviços necessários ao desenvolvimento local sustentável das pequenas cidades favorecendo principalmente os micro e pequenos empresários, pois conseguem fortalecer a economia e estimular a interação solidária entre agricultores, associados e cooperativas através do crédito orientado e da educação financeira assim como construção do conhecimento. O desenvolvimento sustentável desse tipo de organização visa sempre a sua comunidade e, com seus princípios de transparência, solidariedade, cooperação, sustentabilidade institucional, honestidade e descentralização, vem conquistando seu espaço no mercado atual, conseguindo atender todas as necessidades financeiras de seus associados e oferecendo resultados que nenhuma instituição financeira proporciona, as cooperativas financeiras além de trabalhar de forma democrática são instituições sem fins lucrativos. Esse modelo de cooperativismo vem se reinventando constantemente, mas sem perder a sua essência como o acesso ao crédito que é uma de suas características. Além disso, o processo é menos burocrático e moroso, se tornando mais eficiente o que se torna uma alternativa interessante por ter serviços que podem ser realizados de maneiras mais simples. Percebe-se que o objetivo das cooperativas financeiras além dos serviços financeiros, é o de captar novos associados.

A partir da aplicação local dos recursos advindo dos associados, as cooperativas contribuem de forma significativa para o crescimento econômico regional voltando para economia através do financiamento das empresas dos próprios cooperados, gerando empregos e renda. O desenvolvimento regional pressupõe a reciprocidade, a solidariedade em benefício do bem-estar socioeconômico, político, cultural e ambiental do local (TENÓRIO, 2009). Diante dessa abordagem, percebe-se a relevância das cooperativas financeiras que promovem a aplicação de recursos privados em favor de seus associados e da comunidade na qual está inserida. Uma vez que elas atuam como intermediador financeiro, interligando a população com serviços bancários mais acessíveis, tendo menores taxas de juros, atendimento personalizado e linhas de créditos condizentes com a realidade dos associados. Pensemos numa cooperativa financeira, que tem

todos os produtos e serviços que um banco tem. Que tem, quase sempre, melhores taxas e juros. Que devolve ao seu dono que são os associados e à sociedade, tudo que cobra, ou seja, somente compra, reinveste e distribui na comunidade onde atua, pois só tem interesses locais e desta forma contribui substancialmente como instrumento de desenvolvimento, fomentando, fortalecendo e potencializando a economia local. (KONZEN, 2011).

Embora o cooperativismo ainda constitua uma parcela relativamente pequena do SFN, cujos ativos se concentram num pequeno número de instituições bancárias, o crescimento contínuo do SNCC sugere que, no futuro, as cooperativas poderão ocupar lugar de destaque, a exemplo de outros países como França, Canadá e Portugal. Neste box, apresentamos a evolução do cooperativismo de crédito no Brasil nos últimos anos e analisamos possíveis hipóteses para o fenômeno. Mostramos como a estrutura de capital e os modelos de negócios característicos das cooperativas podem explicar um desempenho diferente do restante do sistema financeiro durante recessões, reforçando a tese de que essas instituições proveem uma forma de “efeito de seguro” (AGHABARARI, 2020) ao associado. Além disso, no caso do Brasil, a interiorização do cooperativismo, seu caráter regional e sua ligação com o agronegócio são fatores a serem considerados em qualquer modelo que vise explicar esse fenômeno. A análise indica que ainda há espaço para crescimento do crédito no setor – seja ampliando a fatia relativa ao crédito tomado entre seus associados no SFN, seja mantendo a expansão geograficamente. Essa expansão, por sua vez, oferecerá outros desafios, como a adaptação da ideia de “elo comum” a realidades sociais distintas daquelas onde o cooperativismo tem se desenvolvido historicamente (i.e., o interior do Sul e do Sudeste do país), a obtenção de expertise em novas áreas e serviços fora do escopo tradicional do negócio (como crédito imobiliário e crédito para pessoas jurídicas), e a competição com outras instituições além do sistema bancário tradicional (como *fintechs* e correspondentes bancários). Algumas inovações no setor, como o Open Banking e o cadastro positivo de crédito, tendem a diminuir de forma geral a assimetria de informações entre mutuários e instituições, podendo assim reduzir a vantagem comparativa que o relacionamento com o associado e a obtenção de “*soft information*” proporcionam às cooperativas. Por fim, assim como a expansão do SNCC se deve, em parte, ao aumento da inserção digital, a continuidade desse crescimento depende do

acompanhamento das mudanças tecnológicas no SFN; mas, para as cooperativas, isso dependerá de planejamento estratégico consistente e investimentos expressivos – e, dada a natureza associativa do capital cooperativo (e a divisão igualitária de poder entre os associados), essas decisões terão de ser ponderadas e deliberadas pelos próprios associados. A evidenciação, por intermédio da DVA, da distribuição da riqueza entre os agentes econômicos promove um avanço dos gestores (detentora dessas informações) na sua relação com os demais: governo, financiadores externos e os empregados. A forma como essas informações vem sendo divulgadas, periodicamente à disposição dos usuários e no nível da instituição possibilita o desenvolvimento de trabalhos como este, a fim de entender melhor o processo do desenvolvimento econômico e, concomitantemente, como alcançar o crescimento econômico igualitário, em meio aos avanços tecnológicos e às crises da economia. Foi proposto aqui analisar, por meio da DVA, como a riqueza gerada foi distribuída entre os agentes e, com isso, identificar padrões de comportamento dessa distribuição com foco no Cooperativismo Financeiro.

Ao se analisar a Distribuição do Valor Adicionado entre os agentes, ficou perceptível a relação inversa e quase simétrica (relação gráfica) entre as parcelas para capital próprio da cooperativa e para o capital de terceiros. A conjuntura do período analisado (2020), foi favorável para o incremento da destinação da riqueza aos associados (cooperados), direta ou indiretamente, através de aporte na conta capital individual. Na análise, de correlações com os resultados, mostrou haver correlação positiva (com força moderada) entre o Valor Adicionado e a participação (%) dos empregados, indicando que o seu aumento está acompanhado de aumento da sua distribuição relativa aos empregados na forma de salários. Em relação à associação entre as próprias participações (%) dos agentes econômicos no VA, os destaques de maior grandeza numérica foram das relações entre a participação do capital próprio e participação dos empregados e entre a participação do capital próprio e a participação do capital de terceiros -ambos coeficientes de correlação apurados em sentido positivo e com força moderada. Isto sugere a existência de uma maior sensibilidade da parcela do capital próprio nas relações com as outras classes explicadas, principalmente pela natureza residual da remuneração do capital próprio, que teria

direito de “reivindicar” a sua parte apenas na ocorrência de resultados financeiros positivos. Supridas as exigências sobre o Valor Adicionado das cooperativas financeiras, algo a se considerar, para novos estudos, seria a extensão do número de cooperativas na amostra para uma pesquisa com um intervalo de tempo para uma análise horizontal temporal.

Acredita-se que se mais cooperativas financeiras divulgarem regularmente as suas demonstrações contábeis com o DVA, poderá servir de ferramenta para uma disseminação da justiça financeira no setor bancário brasileiro. Apesar de essas normas internacionais não tornarem compulsiva a divulgação da DVA, incentivam a sua publicação. Outra sugestão seria a análise conjunta das informações prestadas aqui com as informações das contas nacionais divulgadas pelo BCB correlacionando com o DVA dos bancos e instituições financeiras comerciais. Para que essa comparação seja satisfatória, as normas de elaboração da DVA ainda precisam se adaptar às necessidades dos usuários, indicando, por exemplo, o Estado e a região onde aquela riqueza foi gerada, ou parte dela, visto que uma empresa com sede em um determinado Estado pode possuir várias unidades fora deste. Outra possibilidade de estudos seria a realização desta análise estratificada por setor econômico, o que apontaria diferenças entre padrões distributivos quando comparados entre os setores.

A relevância do tema foi esboçada através do estudo de caso realizado, demonstrando a importância das cooperativas financeiras como agentes de desenvolvimento regional. O cooperativismo financeiro impacta de forma relevante na economia local, através da sua intermediação financeira, recursos da economia regional permanecem nos seus locais de origem e gerando riqueza para as empresas e a própria população. É notória a importância das cooperativas financeiras, que na contramão dos bancos comerciais, devolvem grande parte dos depósitos para os seus locais de origem na forma de operações de crédito, realizando a intermediação financeira de forma a maximizar a reciclagem dos recursos que são poupados direcionando-os para o investimento e contribuindo para o desenvolvimento regional.

Atualmente, a análise tradicional baseada em indicadores e demonstrações contábeis voltadas para o interesse econômico com ênfase nos acionistas não

atende à necessidade de evidenciação do impacto econômico-social das entidades na sociedade, especialmente das cooperativas. Nesse sentido, a DVA se mostra um excelente instrumento de análise dos meios de geração e distribuição da riqueza pelas organizações, viabilizando a obtenção de informações sobre o desempenho das entidades e que são de interesse não somente dos proprietários (associados) do negócio, mas de todos os que contribuíram para o processo de criação dessa riqueza. Nesse cenário, por meio da utilização da DVA como instrumento de análise, foi possível verificar como as cooperativas financeiras, dadas as suas peculiaridades, contribuem para a economia no setor em que atuam, por meio da criação e distribuição da riqueza entre os agentes econômicos, ressaltando que no cooperativismo os associados se equivalem aos acionistas como uma das partes que contribuíram para geração da riqueza.

Os resultados mostraram que as cooperativas financeiras contribuem para a economia através do retorno dos resultados aos associados, criando e distribuindo riqueza, principalmente em momentos em que as demais instituições financeiras se encontram em estagnação ou em desaceleração da oferta de crédito. Em relação à forma de distribuição da riqueza criada, a parcela que é distribuída para os empregados, governo e remuneração de capital de terceiros não é diferente da forma de distribuição das demais instituições financeiras. Ademais, a parcela de riqueza direcionada para a remuneração do capital próprio nas cooperativas é superior à destinada pelas demais instituições, o que é condizente com a atuação das cooperativas financeiras.

As informações apresentadas por meio dos gráficos são contundentes em demonstrar a transferência de riqueza gerada para os associados e empregados com enorme favorecimento do ciclo econômico regional. No caso da cooperativa financeira singular, efetivamente, atua em sua região de forma diferenciada, reciclando os recursos da poupança local, na forma de crédito, o que movimenta a economia regional, com conseqüente geração de mais depósitos, criando um ciclo virtuoso. Sugere-se para futuras pesquisas, além de trabalhos com a mesma abordagem tendo como objeto de estudo de caso de outras cooperativas financeiras, temas ligados à investigação e relato da atuação das cooperativas em projetos sociais, a facilitação do acesso ao crédito para população de baixa renda, a

importância do microcrédito e tendências do cooperativismo de crédito para os próximos anos.

Entretanto, como limitação do estudo, é importante ressaltar que a análise dos índices de geração do valor adicionado pode ser prejudicada em função de as cooperativas apresentarem a possibilidade de retorno ao associado por sua atuação como usuário da cooperativa. Nesse caso, os repasses em curto prazo, realizados por meio da oferta de crédito com juros menores aos empreendedores, remuneração diferenciada aos investidores ou taxas e serviços bancários menores, podem ter impactado a riqueza criada pela entidade. Nesse sentido, destaca-se a importância de se aprimorar os instrumentos contábeis que possam captar tais singularidades e melhor permitir a comparabilidade entre os diferentes tipos de organizações. Para finalizar, registra-se que esse estudo é limitado ao estudo econômico dos benefícios da cooperativa em relação ao incremento da intermediação financeira regional e a distribuição de riqueza. Assim, ele não contempla a visão dos associados que são usuários da cooperativa, o que não permitiu que outras vertentes do crescimento, além do econômico, fossem analisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGHABARARI, L.; GUETTLER, A.; NAEEM, M.; DOORNIK, B. V. Is There Help Indeed, if There is Help in Need? The case of credit unions during the global financial crisis. **Working Papers Series**, n. 511, pp. 1-43, 2020, Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps511.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

ANNIBAL, C.A; KOYAMA, S.M. Cooperativas de crédito: taxas de juros praticadas e fatores de viabilidade. **Working Papers Series**, n. 257, 2011, Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps257.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

ASSUNÇÃO, J.; COSTA, D. R. M.; SOUZA, P. Resumo para Política Pública. O papel das cooperativas no crédito rural: crédito cooperativo cresce em meio à crise econômica e auxilia na inclusão de pequeno produtor. 2020, Rio de Janeiro: **Climate Policy Initiative**. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/o-papel-das-cooperativas-no-credito-rural-credito-cooperativo-cresce-em-meio-a-crise-economica-e-auxilia-na-inclusao-de-pequeno-produtor/>. Acesso em: 25 set. 2022.

BANNISTER, James W.; RIAHI-BELKAOUI, Ahmed. Value added and corporate control in the US. **Journal of International Financial Management & Accounting**, 3(3), pp. 241-257, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-646X.1991.tb00097.x>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BARRETO, M. P. C. **O papel das cooperativas de crédito como agentes de desenvolvimento local: estudo de caso Sicoob Paraíba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/-123456789/18767>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BARRETO, P. A. de Q.; CUNHA, G. H. de M. Reflexos do cooperativismo financeiro no desenvolvimento regional: estudo de caso do Sicoob UniCentro Br / Effects of financial cooperatives in the regional development: an intrinsic case study of Sicoob UniCentro Br. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 5, p. 40754–40778, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n5-520. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/48539>. Acesso em: 25 set. 2022.

BEAUBIEN, L.; RIXON, D. Direction in the development of KPIs in Cooperatives. **Journal of Cooperative Studies**, 45(2), pp. 5-15, 2012.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. BANCO CENTRAL. **O que é cooperativa de crédito?** 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. **Define A Política Nacional de Cooperativismo, Institui O Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas, e Dá Outras Providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRESSAN, Valéria Gama Fully et al. Brazilian credit union member groups: borrower-dominated, saver-dominated or neutral behavior? **BAR - Brazilian Administration Review**. 2013, v. 10, n. 1, pp. 40-56. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-76922012005000008>. Acesso em: 4 abr. 2022

BRESSAN, Valéria Gama Fully et al. Política de distribuição de sobras em cooperativas de crédito. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 7, p. 161–180, 2020. DOI: 10.5902/2359043241165. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41165>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 93, p. 33-60, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300003>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BROWN, L.; HICKS, E.; LECLERC, A. The Sustainability and planning scorecard: A tool designed for and with local retail food co-operatives. In: L. BROWN, C.; CARINI, J.; GORDON, N. L.; HAMMONDKETILSON, E.; HICKS, J.; MCNAMARA, R. S. In: **Co-operatives for Sustainable Communities: Tools to Measures Co-operative Impact and Performance**. Ottawa: Co-operatives and Mutuels Canada, pp. 87-117, 2015.

BUARQUE, S. J. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002. 177p.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of sociology of corporative life**. London: Heinemann. 1979.

BUSTOS, P.; GARBER, G.; PONTICELLI, J. Capital allocation across regions, sectors and firms: Evidence from a commodity boom in Brazil. **Working Papers Series**, n. 414, 2016, Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps414.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís et al. O cooperativismo e suas prioridades internacionais e nacionais nas perspectivas do seu fortalecimento e dos ODS/ONU. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 4, n. 2, ed. esp. cooperativismo, 2020

CARAFFINI, Josiane Piva Testolin da Silva. **O Papel das Capacidades Digitais no Desempenho das Cooperativas de Crédito Brasileiras**. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CARVALHO, F. L.; DIAZ, M. D. M.; BIALOSKORSKI NETO, S.; KALATZIS, A. E. G. Exit and failure of credit unions in brazil: a risk analysis. **Revista Contabilidade & Finanças**. 2015, n. 26(67), pp. 70-84.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2019**. 2020. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br>. Acesso em: 22 set. 2022.

CHAN, B. L.; SILVA, F. L. D.; MARTINS, G. D. A. Destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados: comparação entre empresas estatais e privadas. **Revista de Administração Contemporânea**, 11(4), pp. 199-218, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552007000400010>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CMN. Resolução n. 4434, de 5 de agosto de 2015. **Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências**. 2015.

CONFEBRAS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. **BurelCoop**. Brasília, DF: CONFEBRAS. 2022 Disponível em: <https://confebras.coop.br/bureau>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CONFEBRAS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. **BurelCoop**. Brasília, DF: CONFEBRAS. 2022. Disponível em: <https://confebras.coop.br/bureau>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CORDEIRO, F. A. ET AL. Desempenho financeiro das cooperativas de crédito brasileiras e a recessão econômica de 2015 no Brasil. In: **Congresso USP International Conference In Accounting**, 2018, São Paulo. Anais... São Paulo: USP.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S.l.], v. 14, n. , p. 07-29, out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v14nspe/v14nspea01.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CUNHA, J. V. A. D; RIBEIRO, M. D. S; SANTOS, A. D. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 16, n. 37, p. 7-23, 2015.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional: Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. 212 p.

DE LUCA, M. M. M. **A contribuição da demonstração do valor adicionado no processo de mensuração do PIB e em algumas análises macroeconômicas**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

DOS SANTOS, L. B.; COSTA, D. R. M. Eficiência técnica e ciclo de vida em cooperativas: uma análise de dados em painel. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 7, ed. 13, 2020. DOI 10.5902/2359043236994. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/36994>. Acesso em: 25 set. 2022.

DUGUID, F. Non-financial tools and indicators for measuring the impact of co-operatives. **Journal of Co-Operative Accounting and Reporting**, 5(1), pp.40-54, 2017.

ESNARD, R., LYNE, M., OLD, K. Factors affecting the value added by agricultural cooperatives in Saint Lucia: An institutional analysis. **Journal of Co-operative Organization and Management**, 5(2), pp. 73-79, 2017.

EVRAERT, S., RIAHI-BELKAOU, A. Usefulness of value-added reporting: a review and synthesis of the literature. **Managerial finance**, 24(11), pp. 1-15, 1998.

FARIA, R. G. **Mercado Financeiro Instrumentos & Operações: Sistema Financeiro Nacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003. p. 01-28.

FERNANDEZ, Andréa Ferraz de Arruda. **Impactos da taxa de câmbio, preços das commodities e renda mundial sobre as exportações do agronegócio brasileiro entre 1997 e 2018**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07052020-111431/>. Acesso em: 25 set. 2022.

FERNANDEZ, Andréa Ferraz de Arruda. **Impactos da taxa de câmbio, preços das commodities e renda mundial sobre as exportações do agronegócio brasileiro entre 1997 e 2018**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07052020-111431/>. Acesso em: 25 set. 2022.

FERNANDEZ, Andréa Ferraz de Arruda. **Impactos da taxa de câmbio, preços das commodities e renda mundial sobre as exportações do agronegócio brasileiro entre 1997 e 2018**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07052020-111431/>. Acesso em: 25 set. 2022.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; BRAGA, Marcelo José. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Economia Aplicada**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 425-445, set. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-80502007000300006>. Acesso em: 30 jan. 2022.

FONSECA, C.; MENESES, R. Motivations for coopetition strategies between banks and fintechs. **Proceedings of the International Conference on Business Excellence**. 2020, v. 14(1), pp. 282-293.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2012. 162 p.

FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?** 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.12.2009.tde-18122009-093324. Acesso em: 16 set. 2022.

GHEMAWAT, P. Mundo 3.0: como alcançar a prosperidade global. In: GHEMAWAT, P. **Mundo 3.0: como alcançar a prosperidade global**. Porto Alegre: Bookman, 2012. p. 02-416.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004. 199 p.

HOLANDA, P. M. C.; RIBEIRO, J. R.; JESUS, M. C. de. Estudo de caso: aplicabilidade em dissertações na área de ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 685–703, 2020. DOI 10.26512/-rici.v13.n2.2020.25012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/-index.-php/-RICI/-article/view/-25012>. Acesso em: 10 set. 2022.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE (ICA). **Sustainability Reporting for Co-operatives**. 2016. Disponível em: https://www.ica.coop/en/-media/library/-publications/sustainabilityreportingcooperativesguidebook?_ga=2.2494279111336107640.-1528822663-496140371.-1524686934. Acesso em: 10 jan. 2022.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Conjuntura Agrícola Brasileira. **Carta de Conjuntura**. 2020, n. 49, Nota de Conjuntura n. 22 (4º trimestre).

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**. 2016, n. 25(2), pp. 489-509.

JORION, P. **Value At Risk - A Nova Fonte de Referência para a Gestão do Risco Financeiro**. 2. ed. São Paulo: BM&F, 2012. [S. l.]

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas 2003. 311 p.

LONDERO, P. R.; BIALOSKORSKI NETO, S. Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, 18(3), pp. 256-272, 2016.

LONDERO, Paola Richter. **Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias**. 2015. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015. doi:10.11606/D.96.2015.tde-02092015-100510. Acesso em: 30 jan. 2022.

LONDERO, Paola Richter. **Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias aos seus cooperados**. 2020. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.12.2020.tde-24062020-171826. Acesso em: 04 abr. 2022.

LU, W.; SWISHER, J. A comparison of bank and credit union growth around the financial crisis. **American Journal of Business**, 2020, vol. 35, no. 1, pp. 25-44.

LUCA, M. M. M. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1998. [S.l.]

MACHADO, M. A. V., DA SILVA MACEDO, M. A. & MACHADO, M. R. Análise da relevância do conteúdo informacional da DVA no mercado brasileiro de capitais. **Revista Contabilidade & Finanças**, 26(67), pp. 57-69, 2015.

MCKILLOP, D. *et al.* Cooperative financial institutions: A review of the literature. **International Review of Financial Analysis**, [s. l.], v. 71, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1057521920301642>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MCKILLOP, D.; FRENCH, D.; QUINN, B.; SOBIECH, A. L.; WILSON, J. O. S. Cooperative financial institutions: a review of the literature. **International Review of Financial Analysis**. 2020, n. 71(C).

MEINEN, E.; PORT, E. M. M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios: de cooperativa de crédito a principal financiadora do associado**. Brasília: Confedbras, 2014. 552p.

MEINEN, E; PORT, M. **Cooperativismo de Crédito – Percurso Histórico, Perspectivas e Desafios**. 1. ed. Brasília : Confedbras, 2014. 550 p.

MENEGHINI, M. S. Crédito cooperativo e desenvolvimento econômico regional no estado do Paraná. **Working Papers Series**, n. 510, 2019, Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps510.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

MERCER, A.C.; PÓVOA, A.; PICCOLI, P. Credit Union member group domination under high interest rate environments. **Annals of Public and Cooperative Economics**. 2019, n. 90: pp. 555-571.

MICHIE, J. Promoting corporate diversity in the Financial Services Setor. **Policy Studies**, 32(4), pp. 309-23. 2011. Disponível em: <https://doi.org/-10.1080/-01442872.-2011.-571849>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MICHIE, J. The Economy, Financial Stability and Sustainable Growth. In: Michie, J.; Cooper, C.L. (eds) **Why the Social Sciences Matter**. London: Palgrave Macmillan, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9781137269928_7. Acesso em: 30 mar. 2022.

PANA, E.; VITZTHUM, S.; WILLIS, D.M. The impact of internet-based services on Credit Unions: a propensity score matching approach. **Banking & Insurance eJournal. Rev Quant Finan Acc**. 2015, n. 44, pp. 329–352.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: Banco Central do Brasil. 2008. 94p.

PROLO JÚNIOR, Carlos Damião. **Determinantes do desempenho financeiro das cooperativas de crédito singulares no Brasil**. 2019. Dissertação de Mestrado no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

QUINN, B. Web adoption of Irish Credit Unions: performance implications. **Annals of Public and Cooperative Economics**. 2015, n. 86. [S.l].

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999. [S.l.]

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: Um conceito multidimensional. Mafra: DRd – **Desenvolvimento Regional em Debate**. 2012, v. 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SANTOS, J. E. **Mercado financeiro brasileiro: instituições e instrumentos**. São Paulo: Atlas, 1999. 251 p.

SANTOS, L. S. Z. et al. Risco de crédito e eficiência técnica nas cooperativas de crédito brasileiras. **Cadernos EBAPE.BR**. 2020, v. 18, n. 4, p. 956-973. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200001>. Acesso em: 4 abr. 2022.

SANTOS, L. S. Z.; BRESSAN, V. G. F.; MOREIRA, V. R.; LIMA, R. E. Risco de crédito e eficiência técnica nas cooperativas de crédito brasileiras. **Cadernos EBAPE. BR**. 2020, n. 18(4), pp. 956-973.

SANTOS, L.; COSTA, D. Eficiência técnica e ciclo de vida em cooperativas: uma análise de dados em painel. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**. 2020, n. 7(13). [S.l].

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios**. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/covid/>. Acesso em: 22 set. 2022.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 404 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012. [S.l.]

SICOOB UNICENTRO BR. Relatórios de gestão. **Relatório de Gestão**: 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.sicooob.com.br/documents>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SILVA, E. N.; PORTO JÚNIOR, S. S. Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica. **Economia Aplicada**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 425-442, 2006. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-80502006000300007> Acesso em: 25 set. 2022.

SILVA, Renato Tavares. **O cooperativismo de crédito e seus reflexos no desenvolvimento local**: estudo de caso da Cooperativa de Crédito Sicoob Cocred. Orientador: Carla Aparecida Arena Ventura. 2015. 139 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Centro Universitário de Franca - Uni-FACEF, Franca, 2015.

SILVEIRA, J. H. P. S. **Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. 1. ed. Belo Horizonte: Poisson, 2017. 258 p.

SILVEIRA, R. L. L. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: perspectivas e desafios. In: **Território, Rede e Desenvolvimento Regional**. In: SILVEIRA, R. L. L.; FELIPPI, A. C. T. (Org.). Florianópolis: Insular, 2018. p. 231-252.

SPAREMBERGER, A. **Contribuição do Cooperativismo para o Desenvolvimento Regional: o caso da COOPERVINO**. Ijuí: Unijuí, 2012. [S.l.]

TAMER, A. **Os novos caminhos do mercado financeiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. [S.l.]

VIEIRA, E. T. et al. Demonstração Do Valor Adicionado: alternativa de mensuração da sustentabilidade social nas empresas Sicoob e Unicred de Mineiros/GO. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 19, n. 36, p. 1-25, 17 mar. 2020. DOI: 10.5935/1981-4747.20200001. Disponível em: link.gale.com/apps/doc/A676819923/IFME?u=anon~1a41b0b5&sid=googleScholar&xid=77599b57. Acesso em: 16 set. 2022.

VILANOVA, Fabiano Caldeira. **As barreiras para o desenvolvimento das cooperativas de crédito no Brasil: uma perspectiva a partir da percepção de valor dos usuários de serviços financeiros**. 2020. Dissertação de Mestrado no PPG de Gestão e Negócios da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Unisinos: Porto Alegre. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9284>. Acesso em: 25 set. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. [S.l.]

ZENI, A. E. **A organização do cooperativismo de trabalho como alternativa de reintegração social e como processo de educação e aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

ANEXO

SICOOB UNICENTRO BR. Relatório de Gestão: 2020



2020

RELATÓRIO DE GESTÃO

